

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

GIOVANNA HEMY TAKANO DOS SANTOS

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS E ONÇAS: UMA ANÁLISE SOBRE OS
CONFLITOS ENTRE GRANDES FELINOS (CARNIVORA:FELIDAE) E
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA E SUAS
IMPLICAÇÕES CONSERVACIONISTAS**

Sorocaba - SP

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Giovanna Hemy Takano dos Santos

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS E ONÇAS: UMA ANÁLISE SOBRE OS
CONFLITOS ENTRE GRANDES FELINOS (CARNIVORA:FELIDAE) E
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA E SUAS
IMPLICAÇÕES CONSERVACIONISTAS**

**Trabalho do Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do título de
graduado no Curso de Bacharelado em
Ciências Biológicas.**

**Orientação: Prof. Dr. Marcelo Nivert
Schlindwein**

Sorocaba - SP

2021

Santos, Giovanna Hemy Takano dos

Populações tradicionais e onças: uma análise sobre os conflitos entre grandes felinos (Carnivora:Felidae) e comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e suas implicações conservacionistas / Giovanna Hemy Takano dos Santos -- 2021.
69f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Marcelo Nivert Schlindwein

Banca Examinadora: Helbert Medeiros Prado, Eliana Cardoso Leite

Bibliografia

1. Mata Atlântica. 2. Comunidades tradicionais. 3. Conflitos humano-fauna. I. Santos, Giovanna Hemy Takano dos. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

Folha de aprovação

Giovanna Hemy Takano dos Santos

“Populações tradicionais e onças: uma análise sobre os conflitos entre grandes felinos (Carnivora: Felidae) e comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e suas implicações conservacionistas”

Trabalho de Conclusão de Curso

Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

Sorocaba, 11 de janeiro de 2021.



Orientador _____
Prof. Dr. Marcelo Nivert Schlindwein



Membro 1 _____
Prof. Dr. Helbert Medeiros Prado



Membro 2 _____
Profa. Dra. Eliana Cardoso Leite

DEDICATÓRIA

Às comunidades quilombolas.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Márcia e Henrique, pelo investimento feito durante toda a graduação, aos meus familiares, em especial a minha melhor amiga e prima Giulienne, e ao meu namorado Samuel por me apoiarem em momentos difíceis e por acreditarem na minha capacidade, sendo possível me tornar uma Bióloga formada.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Nivert Schindwein pela paciência e pelo incentivo durante a graduação e a construção desse trabalho.

Aos pesquisadores entrevistados e aos membros da banca que se disponibilizaram e se interessaram pelo projeto do meu TCC.

Agradeço, também, a todas comunidades quilombolas por sua luta e resistência que inspiraram a elaboração desse trabalho.

Às grandes amizades que fiz durante a graduação. Agradeço pela ajuda e pelo companheirismo dos veteranos, em especial a Michele, e dos meus amigos de classe, em especial a Larissa, o Eduardo, o Pedro, a Beatriz e a Jéssica, que compartilharam todos os momentos de uma graduação comigo, nunca deixando de dar apoio um ao outro.

RESUMO

A predação de rebanhos domésticos por onças-pintadas (*Panthera onca*) e onças-pardas (*Puma concolor*) é uma realidade em na zona rural em diversas propriedades, inclusive em remanescentes quilombolas do Vale do Ribeira. Tal fato gera altos prejuízos econômicos no local e acaba sendo um dos motivos para que essas espécies sejam perseguidas e caçadas. Com isso, se intensifica o sentimento negativo sobre as onças e a perseguição das mesmas, o que dificulta as ações conservacionistas para proteger esses grandes predadores. Portanto, o presente trabalho investigou, a partir de uma análise qualitativa da revisão bibliográfica e das entrevistas semiestruturadas, a relação de conflito entre os grandes felinos e as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. O levantamento da discussão trouxe diferentes aspectos que englobam o tema de conflitos humano-fauna. Os principais pontos foram as percepções sobre esse grupo faunístico, que, majoritariamente negativas; as possíveis medidas e propostas para amenizar tal conflito; e a importância de haver meios mais eficientes para a comunicação entre os diferentes agentes (pesquisadores, quilombolas e profissionais da conservação), considerando a forma de vida dessas populações locais e suas dimensões histórica e cultural.

Palavras-chave: Mata Atlântica. Comunidades tradicionais. Conflitos humano-fauna. *Panthera onca*. *Puma concolor*.

ABSTRACT

The predation of domestic herds by jaguars (*Panthera onca*) and pumas (*Puma concolor*) is a reality in rural areas in several properties, including in the quilombola remnants of Vale do Ribeira. This fact generates high economic losses at the place and ends up being one of the reasons for these species to be pursued and hunted. As a result, the negative feeling about the jaguars and the persecution of them intensifies, which makes conservationist actions difficult to protect these great predators. Therefore, the present work investigated, from a qualitative analysis of the bibliographic review and semi-structured characteristics, in relation to the conflict between the big cats and the quilombola communities of Vale do Ribeira. The survey of the discussion brought different aspects that encompass the theme of human-fauna conflicts. The main points were as perceptions about this fauna group, which, mostly negative; as possible measures and proposals to alleviate the conflict; and the importance of having more efficient means for communication between the different agents (researchers, quilombolas and conservation professionals), considering the way of life of these local populations and their historical and cultural dimensions.

Keywords: Atlantic forest. Traditional communities. Human-fauna conflicts. *Panthera onca*. *Puma concolor*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Divisão da família Felidae	13
Figura 2 Esquema das migrações intercontinentais (M1 a M10)	14
Figura 3 Exemplo de controle <i>top down</i>	16
Figura 4 Onça-pintada (<i>Panthera onca</i>)	18
Figura 5 Onça-parda (<i>Puma concolor</i>)	19
Figura 6 Onça-pintada abatida por Theodore Roosevelt	22
Figura 7 Comunidade de Ivaporunduva	32
Figura 8 Território das comunidades Maria Rosa e Porto dos Pilões	33
Figura 9 Sistema de análise Bardin	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVO GERAL	10
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
3.1 GRUPO FAUNÍSTICO DE INTERESSE: GRANDES FELINOS	12
3.1.1 Evolução	12
3.1.2 Biologia e Ecologia	15
3.1.3 Caracterização das espécies	17
3.2 CONFLITO ENTRE HUMANOS E GRANDES FELINOS	19
3.2.1 Primeiras evidências da interação humano-predador	19
3.2.2 Grandes felinos no Brasil: primeiros relatos	20
3.2.3 Conflitos com grandes felinos no Brasil: estudos e percepções	22
3.2.4 Quilombolas e grandes felinos	25
3.3 CONSERVAÇÃO E MEDIDAS PREVENTIVAS	26
3.3.1 Porque conservar os grandes felinos?	26
3.3.2 Quais são as ações?	26
3.3.3 Desafio nas comunidades quilombolas	28
4 METODOLOGIA	30
4.1 ÁREA DE ESTUDO	28
4.2 MATERIAIS E MÉTODOS	34
4.2.1 Público entrevistado	35
4.2.2 Etapas da pesquisa	36
4.2.3 Análise dos dados coletados	36
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
5.1 GRANDES FELINOS E QUILOMBOLAS	38
5.2 PESQUISADORES E QUILOMBOLAS - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E QUILOMBOS	43
5.3 AÇÕES CONSERVACIONISTAS - DIÁLOGO ENTRE OS DIFERENTES AGENTES	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
7. REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

Com o fenômeno da globalização, diversas partes do planeta se conectaram a partir do rápido desenvolvimento da comunicação e de tecnologias, em que houve uma expansão desenfreada de atividades produtivas e econômicas, gerando sérias consequências para o meio ambiente. Uma delas foi o intenso desmatamento que colocou as florestas em risco, gerando alterações significativas pelo globo como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade devido a extinção de espécies da fauna e flora locais. Somente no Brasil, 40% de sua área florestal já foi devastada (FEARNSIDE, 2005; GELAIN et al., 2012).

Dentre os biomas brasileiros, a Mata Atlântica é um dos com uma grande biodiversidade e, originalmente, se estendia por cerca de 1,3 milhão de quilômetros quadrados ao longo de toda a costa das regiões nordeste, sudeste e sul do país, além de atravessar locais onde, hoje, se encontram as fronteiras com a Argentina e o Paraguai (WWF, s.d.). Apesar da intensa destruição e fragmentação iniciada no século XVI, o bioma apresenta uma das maiores taxas de riqueza de espécies e de endemismo do mundo, porém ainda vem sofrendo por grandes alterações e perdas (LINO e SIMÕES, 2002; RIBEIRO et al., 2009).

Durante 500 anos, a Mata Atlântica serviu como fonte para o desenvolvimento econômico da região, a princípio, com a extração do pau-brasil e, posteriormente, passando pelos ciclos econômicos da cana-de-açúcar, do café e do ouro. Assim, apenas com menos de 12% da sua cobertura original, é considerada uma das florestas tropicais mais ameaçadas do planeta e, atualmente, é comprometida por diversas atividades antrópicas como a expansão da industrialização e das áreas urbanas, a agricultura e agropecuária, consumo excessivo gerando lixo e poluição, além da exploração de espécies vegetais. (ARRAES et al., 2012; GELAIN et al., 2012; RIBEIRO et al., 2009; SOS Mata Atlântica, s.d.).

A Mata Atlântica, também, é uma floresta que abriga o maior número de espécies de animais ameaçados de extinção como, por exemplo, as duas espécies de grandes felinos: a onça-pintada (*Panthera onca*), podendo ser o primeiro bioma tropical a perder seu maior predador de topo; e a onça-parda (*Puma concolor*), com uma vasta distribuição pelo país (AZEVEDO et al., 2013; GALETTI et al., 2013).

Em ambientes terrestres, devido à grande devastação gerada através das atividades antrópicas, como ocorre nesse bioma em questão, as pessoas acabam se aproximando da fauna silvestre local e, assim, promovendo relações conflituosas que merecem atenção de profissionais da conservação, sendo a ordem Carnívora o grupo que se destaca dentro da temática de conflitos (TORRES et al., 2018), como é o caso das duas espécies nativas de

grandes felinos (*Panthera onca* e *Puma concolor*). Pelo fato de serem predadores de topo, a tendência é se alimentar de suas presas naturais, porém, a redução desses recursos faz com que os grandes felinos busquem predação animais domésticos disponíveis nos locais onde habitam (HOOGESTEIJN, 2004).

O prejuízo econômico gerado pela predação de rebanhos é algo facilmente entendível e mensurável para os proprietários rurais, por isso a visão negativa que esses têm sobre os carnívoros é tão evidente e preocupante, o que dificulta a comunicação e o entendimento das razões para se conservar os predadores silvestres. É necessário que haja, por parte dos conservacionistas, a compreensão dessas razões e melhorar a maneira com que elas serão informadas e apresentadas a esse público (HOOGESTEIJN, 2004; CAVALCANTI e PERILLI, 2015).

Embora os conflitos com as espécies de onça (*Panthera onca* e *Puma concolor*) sejam, ao redor do mundo, bem documentados (INSKIP e ZIMMERMANN, 2009), no Brasil, os estudos dentro do tema “relação humano-fauna”, no contexto das comunidades quilombolas, ainda são muito escassos (FANARO, 2016). Portanto, este trabalho irá abordar a problemática acerca da relação de conflito humano - fauna. O intuito da pesquisa é investigar e analisar, a partir de uma análise qualitativa da revisão bibliográfica e das entrevistas semiestruturadas realizadas com pesquisadores da área, a perspectiva dos entrevistados sobre a relação entre as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e os grandes felinos, abordando as possíveis ações conservacionistas para tratar dessa questão de conflito.

2. OBJETIVO GERAL

Investigar a percepção de pesquisadores das áreas de Biologia da Conservação e da Etnoecologia, sobre a relação entre comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e os grandes felinos, abordando as medidas preventivas para a conservação desses predadores.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as perspectivas das comunidades sobre as duas espécies de onças (*Panthera onca* e *Puma concolor*) e as práticas para amenizar o conflito, segundo a convivência e os relatos dos pesquisadores;
- Investigar como é a comunicação entre os pesquisadores ou agentes conservacionistas e os quilombolas.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 GRUPO FAUNÍSTICO DE INTERESSE: GRANDES FELINOS

3.1.1 Evolução

Os mamíferos carnívoros da era Mesozóica eram pequenos e a maioria era insetívora ou onívora, porém foram os primeiros a apresentar especialização para morder partes de carne. A ordem Carnivora surgiu muito antes dos homínídeos e por serem animais solitários e mais raros que os herbívoros, as chances de estarem em ambientes de fossilização eram baixas. Embora os fósseis de carnívoros sejam raros de se encontrar e muitos grupos sejam conhecidos apenas por sua dentição, revelam várias informações acerca da evolução e diversificação dos carnívoros (MARTIN, 1989).

O carnívoro mais primitivo foi um animal pequeno e arborícola, semelhante à atual família Viverridae. No início da época Eoceno, surge o segundo grupo ancestral dos carnívoros, a família Miacidae de pequenos predadores e estudos fósseis mostram que os miacídeos coexistiram com vários outros predadores de grupos diferentes, incluindo espécies pertencentes à ordem Creodonta, caracterizada por grandes predadores, porém a história da evolução dos carnívoros envolve diversas mudanças, em que um grupo desses mamíferos surge e, posteriormente, desaparece sendo substituído por outro grupo, como é o caso da extinção da ordem Creodonta pelo surgimento da ordem Carnivora (MARTIN, 1989; KRUK, 2002).

No final do Mioceno e no começo da Plioceno, a expansão dos grandes carnívoros ocorreu concomitantemente ao crescimento evolutivo das plantas com flores e das gramíneas. Esse fato é explicado pelo surgimento de novas plantas, gerando uma grande diversificação floral e, assim, criando novos habitats, inclusive a vegetação típica da savana. Isso possibilitou a evolução da diversidade de herbívoros e, desta maneira, maior disponibilidade de presas para esses predadores (KRUK, 2002). Mesmo com a grande diversidade da ordem Carnivora, ocorreram muitas extinções de gêneros de carnívoros, cerca de 73%, incluindo algumas famílias que foram completamente extintas. Entretanto, há uma família existente até hoje que abrange desde os gatos domésticos até as espécies de grande porte, é a família Felidae (SAVAGE, 1978 apud WAYNE et al., 1989).

Os felídeos divergiram de outras famílias de carnívoros há cerca de 35 milhões de anos, no Oligoceno, em que muitos deles eram da família Nimravidae dos falsos dentes de sabre, e, entre 25 a 30 milhões de anos atrás, apareceram predadores morfologicamente semelhantes aos felinos modernos. Os “gatos verdadeiros” (Felidae) não surgiram até o início

do Mioceno, eram descendentes de carnívoros pequenos e arborícolas, porém a diversificação da família Felidae ocorreu no final do Mioceno e essa família é considerada o auge da evolução dos carnívoros (MARTIN, 1989; OLIVEIRA, 2001; KRUIK, 2002; JOHNSON et al., 2006).

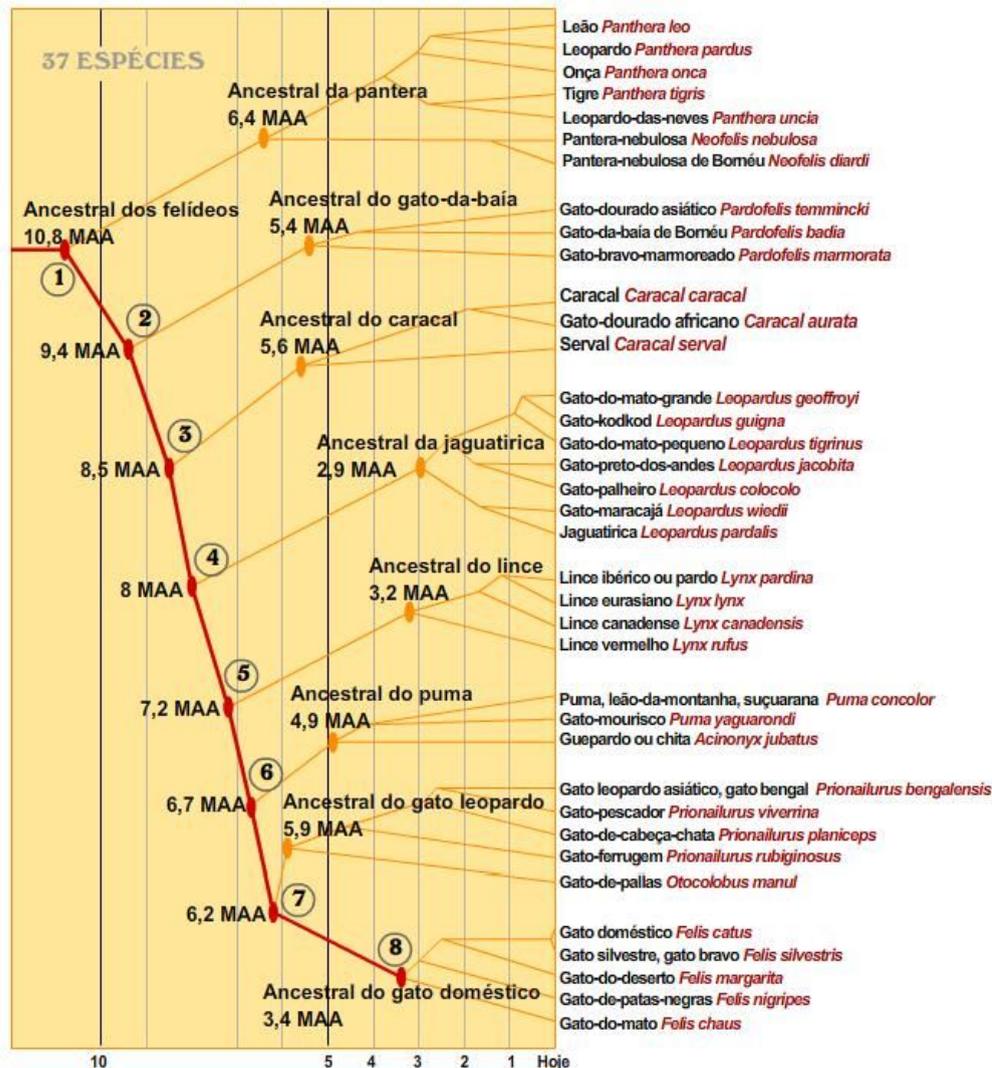


Figura 1: Divisão da família Felidae em 8 linhagens com estimativa do tempo de divergência para cada uma delas. A primeira linhagem a se divergir foi a da *Panthera*, há 6,4 milhões de anos, enquanto a da *Puma* se divergiu há 4,9 milhões de anos. Fonte: netnature.wordpress.com

As espécies atuais de felídeos tiveram fenômenos de especiação e divergência recentes, aproximadamente, há menos de 11 milhões de anos a partir de um ancestral proveniente da Ásia (Fig. 1), mas foram responsáveis pela formação de importantes predadores por todo o mundo. Na literatura, há algumas diferenças sobre a classificação taxonômica dessa família, porém existe um consenso de que são 37 espécies de felídeos presentes (WAYNE et al., 1989; JOHNSON e O'BRIEN, 1997; JOHNSON et al., 2006).

A família Felidae é dividida em 3 subfamílias (Acinonychinae, Felinae e Pantherinae) e em 8 linhagens (Fig. 1), essa separação dos felídeos modernos ocorreu a partir da divergência da linhagem *Panthera* no final do Mioceno, correspondendo ao momento de baixo nível do mar, o que originou o leopardo nebuloso (*Neofelis nebulosa*) e as espécies pertencentes ao gênero *Panthera*, conhecidas como os “grandes gatos que rugem”. Em seguida, houve diversos eventos que derivaram as outras linhagens (JOHNSON et al., 2006).

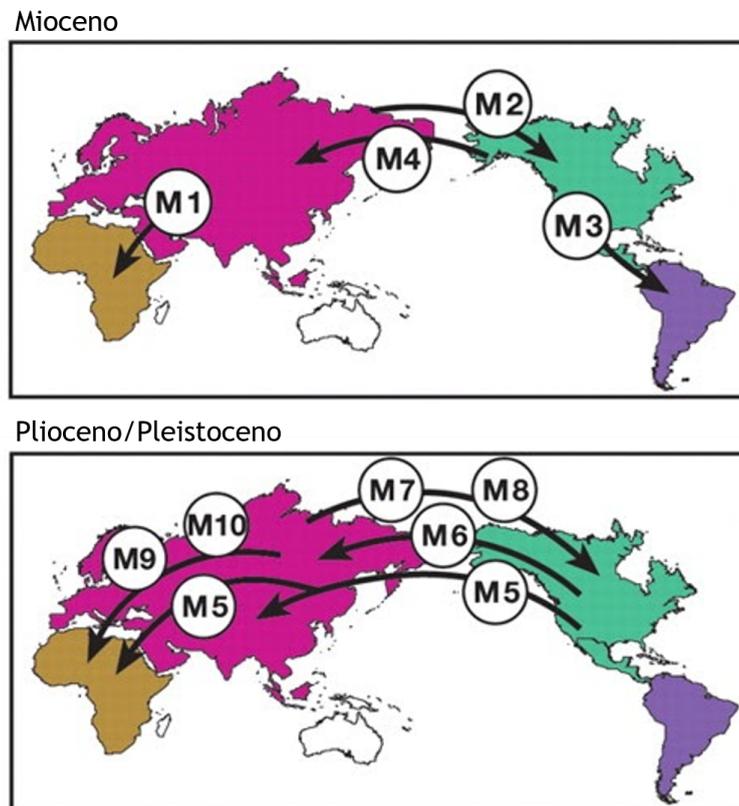


Figura 2: Esquema representando as migrações intercontinentais (M1 a M10) que originaram as 8 linhagens de felídeos (linhagem *Panthera* a linhagem do gato doméstico) e sua distribuição geográfica atual. Fonte: JOHNSON et al., 2006.

A migração mais recente (M1) do ancestral asiático ocorreu entre 8.5 e 5.6 Ma, para o continente africano, onde surgiu a linhagem caracal. Na segunda migração (M2), o deslocamento para as Américas através do Estreito de Bering origina mais cinco linhagens (ocelote/jaguar, lince, puma, gato-leopardo e gato doméstico). Das oito linhagens de felídeos, as espécies pertencentes a quatro delas permanecem nas regiões em que se estabeleceram originalmente, porém, outras possuem uma diferente distribuição pelos continentes, é o caso do guepardo, o qual deu origem a linhagem *Puma* na América do Norte e migrou para a Ásia e a África (M5) durante o Plioceno e o Pleistoceno (Fig. 2) (JOHNSON

et al., 2006). Já a espécie americana dessa linhagem, a *Puma concolor*, provavelmente, chegou na América do Sul, cerca de 3 milhões de anos atrás, durante o Grande Intercâmbio Americano, em que os carnívoros placentários migraram, primeiramente, da América do Norte para o sul através da formação entre o Istmo do Panamá e os continentes (MARSHALL et al., 1982; CURVEL et al., 2000).

Da mesma forma que a linhagem *Puma*, a linhagem do lince migrou para a Eurásia pelo Estreito de Bering (M6) entre 1.6 e 1.2 Ma. Posteriormente, as espécies do gênero *Panthera*, descendentes da Ásia, se espalharam pelo continente americano (M7 e M8) e se divergiram em espécies de grandes carnívoros como, por exemplo, a onça-pintada (*Panthera onca*), cujo ancestral, existente há 4,6 milhões de anos, também originou outros quatro grandes felinos (leão, leopardo, leopardo-das-neves e tigre) distribuídos pela África e pela Ásia (JOHNSON et al., 2006; FIGUEIRÓ et al., 2017).

3.1.2 Biologia e Ecologia

Existem duas hipóteses para explicar as interações ecológicas que alteram abundância, diversidade e composição dos níveis tróficos, elas são: *bottom up* e *top down*. Na primeira hipótese, no efeito *bottom up*, alguns pesquisadores defendem que o sistema é regulado de níveis mais baixos para os mais altos, assim, os recursos como a fertilidade do solo e os mecanismos de defesa de plantas interferem na abundância de herbívoros e, logo, na abundância de predadores. Na segunda, no efeito *top down*, outros acreditam que os consumidores de topo controlam a riqueza de herbívoros e, assim, a dos autótrofos (HAIRSTON et al., 1960). No momento em que os predadores de topo são reduzidos em seu ambiente, é perceptível sua influência sobre os sistemas (ESTES et al., 2011), como ocorreu nas florestas da Venezuela em pequenas ilhas do Lago Guri, onde o número de herbívoros cresceu muito sem a presença de pumas e onças-pintadas e, com isso, a redução de plantas sobreviventes (TERBORGH et al., 2001).

As cascatas tróficas funcionam quando o predador de topo suprime a abundância ou altera as características de suas presas, influenciando os consumidores ou produtores primários de outros níveis tróficos, afetando, drasticamente, a diversidade e a composição de espécies de autótrofos e, com isso, as condições dos ecossistemas. Desta forma, o predador de topo permite que o próximo nível trófico abaixo não passe pela predação ou por herbivoria, caso seja um herbívoro no nível trófico intermediário (TERBORGH et al., 2001; GALETTI, 2015).

Esses grandes felinos, como predadores silvestres, desempenham um importante papel ecológico na manutenção da biodiversidade e no equilíbrio dos ecossistemas. Em florestas tropicais, os predadores de topo como as onças, além de serem responsáveis pelo controle da população de grandes mamíferos herbívoros, influenciam, indiretamente, processos como predação, controlando a abundância de mesopredadores como a jaguatirica e, conseqüentemente, de aves e roedores; herbivoria e dispersão de sementes (Fig. 3) (MILLER et al., 2001; GALETTI, 2015).

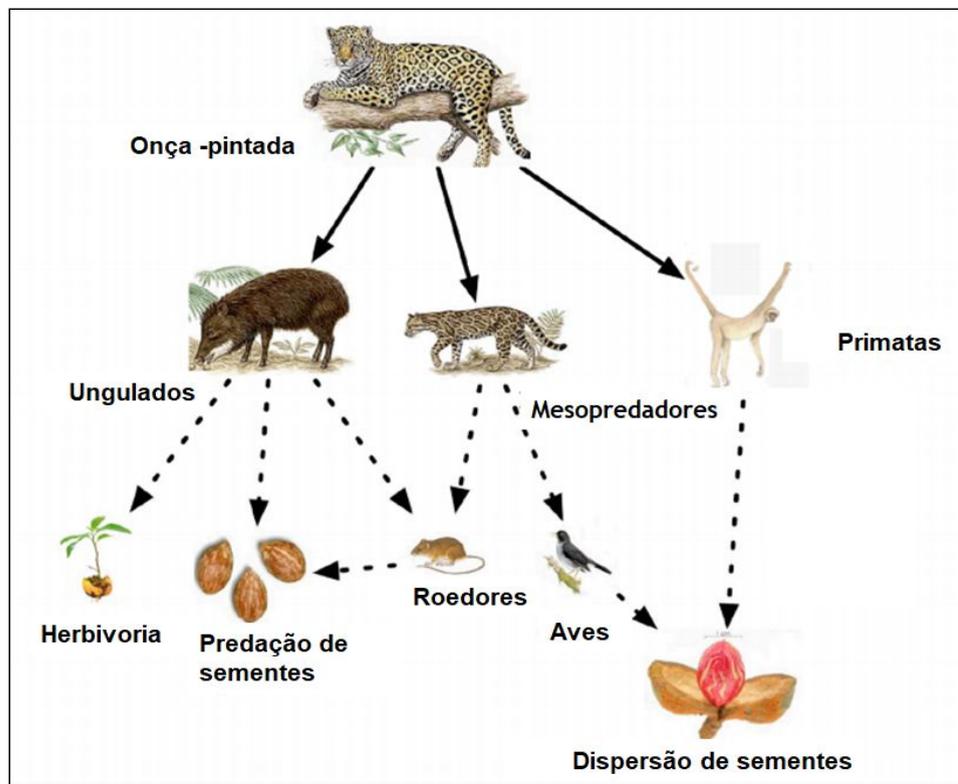


Figura 3: Exemplo de controle *top down*. Diagrama indicando as interações e influências diretas (linhas sólidas) e indiretas (linhas tracejadas) de um grande predador de topo como a onça-pintada em florestas Neotropicais. Fonte: adaptado de GALETTI, 2015.

A onça-pintada sempre foi considerada uma espécie solitária e territorialista, porém um estudo no Pantanal mostrou que houve comportamento de sociabilidade na população de onças estudada, inclusive entre os machos. A área de vida desses predadores muda bastante entre os indivíduos e as estações do ano, sendo que o tamanho do território pode variar entre 34,1 a 262,9 km². Apesar de se ter o conceito de exclusividade nessa espécie, foi analisado que o território de um macho não apenas se sobrepõem ao território de 2 ou 3 fêmeas, mas,

também, a de outro macho, tanto em tempos de secas e cheias (CAVALCANTI e GESE, 2009; MARCHINI e et al., 2009).

A onça-parda apresenta hábito solitário, havendo encontros durante a época de acasalamento. O tamanho da área de vida dessa espécie varia de acordo com diferentes fatores como a estação do ano, a região (DICKSON e BEIER, 2002) e a quantidade de presas disponíveis. Na Patagônia chilena, os territórios das pumas variam entre 31,8 a 98 km² para as fêmeas e, para os machos, entre 138,8 a 211 km², com sobreposição das áreas entre os sexos (ELBROCH e WITTMER, 2012). Já no Paraná, a área de vida de uma fêmea adulta foi de 75,5 km², sendo 18,9 km² a área mais usada e, dentro dessa área, 8,1 km² abrange a floresta natural e 8,9 km², as plantações de *Eucalyptus* e *Pinus*, essa alta densidade de pumas em regiões modificadas pode ser explicada pela tolerância entre o carnívoros e os humanos (MAZZOLLI, 2010).

São predadores ativos e oportunistas, tendo hábito de caça durante o dia e a noite, porém são mais ativos antes do amanhecer e depois do pôr-do-sol, além de se alimentarem das presas disponíveis no ambiente. Como são animais de grande porte, suas presas naturais consistem em grandes espécies como veado, anta, capivara, jacaré, tamanduá e bicho-preguiça (MARCHINI et al., 2009).

3.1.3 Caracterização das espécies

Panthera onca

A onça-pintada é o único exemplar do gênero *Panthera* do continente. Esse gênero, pertencente à subfamília Pantherinae, tem uma particularidade que permite todas as suas espécies, exceto o leopardo-das-neves, a rugirem. Essa particularidade é caracterizada pela presença de um osso hióide pouco ossificado, apresentando, no lugar de um elemento ósseo, um ligamento elástico entre os músculos laterais da faringe, além da laringe possuir cordas vocais maiores (WEISSENGRUBER et al., 2002; MORATO et al., 2013).

A onça-pintada é o maior felino das Américas Os indivíduos adultos podem medir entre 2,20 a 2,50 metros de comprimento e os machos pesam cerca de 100 Kg, enquanto as fêmeas pesam 76 Kg em média, porém, já foram encontradas, pesando 150 Kg no Pantanal, onde há as maiores onças. Essa espécie é conhecida por sua característica principal, as pintas, que são sólidas na nuca e na cauda, já nas costas e nos flancos, elas formam rosetas, sendo que as maiores apresentam uma ou duas pintas (Fig. 4). As pintas são mais evidentes dependendo da coloração da pelagem, que varia do amarelo-claro ao preto, sendo que a

onça-pintada amarela e a onça preta pertencem à mesma espécie, se diferenciando somente na quantidade da melanina (MARCHINI et al., 2009).



Figura 4: Onça-pintada (*Panthera onca*). Caracterizada por sua coloração amarelada e suas manchas que se distribuem ao longo do corpo, formando rosetas nas costas e nos lados. As rosetas maiores têm uma ou duas pintas no seu interior. Fonte: Instituto Claro (2019) www.institutoclaro.org.br

Essa espécie era encontrada, até o século anterior, desde o sul dos Estados Unidos até o centro-sul da Argentina e do Uruguai, porém, sofreu grande redução (cerca de 50%) de sua distribuição original e, atualmente, está extinta no Uruguai e nos Pampas; e praticamente extinta nos Estados Unidos. Embora haja diferentes classificações do seu estado de conservação nos biomas brasileiros, esse predador está como “criticamente em perigo” dentro do bioma da Mata Atlântica, onde ocupa cerca de 2,8% das áreas existentes e cerca de 15% das áreas consideradas habitáveis, estimando que apenas exista menos de 250 indivíduos adultos na região (HOOGESTEIJN e MONDOLFI, 1992 apud MORATO et al., 2013; SANDERSON et al., 2002; GALETTI et al., 2013; DESBIEZ et al., 2013; MORATO et al., 2013; FAPESP, 2017).

Puma concolor

A onça-parda, também conhecida como suçuarana, puma ou onça-vermelha, pertence à subfamília Felinae, assim como o gato-doméstico, e apresenta um hióide ósseo, por causa disso, não conseguem rugir como as onças-pintadas, mas produzem um som mais semelhante a um miado (WEISSENGRUBER et al., 2002; ICMBIO, 2017).



Figura 5: Onça-parda (*Puma concolor*). Caracterizada pela sua coloração marrom-acinzentada na parte dorsal e, na ventral, uma pelagem mais clara. Fonte: WWF (2019) wwfbr.awsassets.panda.org

Esse felino é o segundo maior do Brasil, em que os adultos variam de 1,50 a 2,75 metros e pesam entre 50 a 70 quilos, no caso dos machos, e entre 30 a 50 quilos, no caso das fêmeas. A coloração dos pelos varia de marrom-acinzentada claro a marrom avermelhado escuro e a parte inferior do corpo é mais clara (Fig. 5). A pelagem também muda de acordo com a idade, os filhotes são mais claros com manchas escuras e os indivíduos jovens têm, nos flancos, manchas escuras que vão clareando até o primeiro ano de idade (MARCHINI et al., 2009; MARCHINI et al., 2011; ICMBIO, 2017).

Essa espécie, sendo adaptável e generalista, tem uma ampla distribuição geográfica com ocorrência em todos os biomas brasileiros, porém sua distribuição original se estendia desde o sul do Canadá até a América do Sul e, atualmente, é considerada extinta ou extremamente ameaçada na parte oriental da América do Norte, sendo classificada no status de conservação como vulnerável (VU) no bioma Mata Atlântica (CURRIER, 1983; AZEVEDO et al., 2013; ICMBIO, 2017).

3.2 CONFLITO ENTRE HUMANOS E GRANDES FELINOS

3.2.1 Primeiras evidências da interação humano-predador

A caça é uma das atividades mais antigas da humanidade, muito essencial pelo fato de permitir a obtenção de proteína animal e, assim, proteção contra o predador (TORRES et al., 2018). Durante o período em que os homínídeos tinham um modo de vida caçador - coletor, se alimentavam de sementes, carcaças e presas pequenas; e, ao mesmo tempo que eram presas vulneráveis a alguns predadores como os grandes felinos, competiam pelos mesmos recursos (CONOVER, 2002; KRUUK, 2002).

Entretanto, a partir do momento em que tomaram conhecimento sobre o uso de ferramentas, os ancestrais humanos desenvolveram maior comunicação entre eles, a caça em grupo e mais eficiência na caça. Com isso, surgiu um cenário com os primeiros conflitos entre os homínidos e outros predadores, cuja relação possa ter gerado danos a esses animais, além de estarem envolvidos com a supressão das populações de presas que caçavam (CONOVER, 2002).

As evidências da interação entre os predadores e homínidos são escassas, porém, na atualidade, ainda há um sentimento de ameaça das pessoas em relação aos predadores que pode ser um resquício desse conflito pré-histórico. A primeira evidência de predação de um humano, há 1 milhão de anos, foi descoberta a partir de um crânio de um homínido “criança” morta por um leopardo (KRUUK, 2002). Além disso, um estudo aponta indícios, a partir de uma abordagem forense, de que neandertais teriam grande possibilidade de serem atacados por carnívoros durante o Pleistoceno, inclusive por grandes felinos (CAMARÓS, 2015).

Atualmente, vemos essa interação negativa ocorrendo entre humanos e predadores ao redor do mundo (TORRES et al., 2018), como é o caso das onças-pintadas e onças-pardas, por causa do perigo que transmitem e das perdas geradas pela predação de criações de animais domésticos, eventos que acontecem com frequência nas áreas rurais do Brasil (MAZOLLI et al., 2002; ZIMMERMANN et al., 2005; PALMEIRA, 2009; PALMEIRA et al., 2015; MACEDO et al., 2016).

3.2.2 Grandes felinos no Brasil: primeiros relatos

A primeira evidência registrada sobre o avistamento de onças foi no ano de 1557, mencionado pelo alemão Hans Staden no livro “Duas Viagens ao Brasil”, em que consta essas duas passagens: “quando acampam próximo de terras inimigas, erguem perto de suas cabanas uma cerca de varapaus, de forma que não possam ser atacados desprevenidamente, e também como proteção contra onças”.e “há também naquelas terras muitos tigres que despedaçam gente e causam grandes danos”. Tais relatos são um indicativo da relação do predador com os humanos que conviviam na mesma região, evidenciando a ameaça que esses carnívoros transmitiam às pessoas, além de delimitar o conteúdo dos próximos documentos que descreveriam as onças (STADEN, 1557; MARCHINI, 2010).

Muito do que se encontra na literatura sobre as onças, nos séculos XIX e XX, são episódios e relatos de expedições e de caçadas, principalmente no Pantanal. O autor pioneiro sobre as atividades de caça, acompanhada de cães, no Brasil foi Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, cuja obra “A Caça no Brasil, ou Manual em Toda

América Tropical”, publicada em 1860, enfatiza o contexto das atividades cinegéticas no país. Em seu livro, Varnhagen, além de relatar casos de abate de um grande número de onças, já contesta os impactos ambientais gerados pela caça como a extinção local de certas espécies, informando, por exemplo, que o tamanduá-bandeira não era mais encontrado em algumas regiões e, por isso, as onças acabavam predando animais de criação como os bezerros (FERNANDES-FERREIRA, 2014; GUIMARÃES, s. d.).

Outro autor muito influente foi o ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt que, em 1913, participou de uma expedição para o Mato Grosso (“Expedição Científica Roosevelt-Rondon”) junto ao Marechal Cândido Rondon e de naturalistas e pesquisadores (Fig. 6). Segundo Roosevelt, a expedição tinha, primeiramente, interesse ao Museu Americano de História Natural de Nova York para coletar material e obter informações sobre aves e mamíferos no “selvagem oeste brasileiro”, porém, a pedido do governo brasileiro, se uniu a Rondon, ampliando as pesquisas, mesmo sendo de cunho científico, a procura pelas espécies, também, teve um intuito esportivo e alimentício (ROOSEVELT, 1914; JUNIOR, 2009; FERNANDES-FERREIRA, 2014).

Como resultado dessa expedição, os diários de viagem, descrevendo as atividades de caça, de alguns participantes foram publicados. Um deles, publicado nos Estados Unidos em 1914, foi intitulado “Na Selva Brasileira” (“Through the Brazilian Wilderness” em inglês) de Theodore Roosevelt, em que apresentava admiração pela caça e, em especial, pelas onças:

“O puma que o coronel Rondon achava ser tão covarde quanto eu sempre o achei, mas a onça era uma fera formidável, que ocasionalmente se transformava em devoradora de homens e costumava atacar selvagememente...” (ROOSEVELT, 1914, p.54, tradução da autora).

Em seus relatos, existem diversas ocasiões com as onças-pintadas (“jaguar”) como no caso de abates a esses carnívoros e conflitos devido à predação de animais de criação:

“Este era uma onça bem conhecida. Ela ocasionalmente se saciava matando o gado; em uma ocasião, durante as enchentes, ela se manteve perto da casa da fazenda e matou duas vacas e um novinho” (ROOSEVELT, 1914, p.82, tradução da autora).

“Então disparei imediatamente ... Com o tiro, o jaguar caiu como um saco de areia entre os galhos e, embora tenha se levantado cambaleando, passou apenas vinte metros antes de afundar e, quando subi, estava morto debaixo das palmeiras, com três ou quatro dos cães mais corajosos o atacando” (ROOSEVELT, 1914, p.79, tradução da autora).

Nessa mesma expedição, outro integrante, o Comandante Heitor Pereira da Cunha, publicou, em 1918, o livro, “Viagens e Caçadas em Matto Grosso: três semanas em

companhia de Th. Roosevelt”, em que relata o uso de cachorros e de uma ferramenta tradicional para a caça de onças, uma espécie de lança denominada zangaia. Além de Cunha, outro livro a citar esse instrumento foi “Tigrero!” (1953) escrito pelo caçador nascido na Letônia, Sasha Siemel, que ficou conhecido como o único homem branco a conseguir manusear a zangaia para abater onças, após aprender a técnica com o índio Joaquim Guató (MARCHINI, 2010; FERNANDES-FERREIRA, 2014; SÜSSEKIND, 2019).

O livro “Dicionário dos Animais do Brasil” de Rodolpho Von Ihering (1968) coloca uma breve descrição física e comportamental das onças-pintadas, além de evidenciar as predações de animais domésticos pelo felino. O autor caracteriza a espécie como “uma sagacidade e habilidade de emérita caçadora” e expõe que a falta de presas naturais faz o predador se alimentar de animais domésticos: “Em geral contenta-se com porcos do mato, capivaras ou veados; mas se esta caça é pouca e houver gado na região, os criadores pagam largo tributo” (VON IHERING, 1968).



Figura 6: Onça-pintada abatida pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, durante a “Expedição Científica Roosevelt-Rondon” no Mato Grosso entre novembro de 1913 e maio de 1914. Da esquerda à direita: Roosevelt, um mateiro e Rondon segurando a onça. Fonte: FERNANDES-FERREIRA, 2014.

3.2.3 Conflitos com grandes felinos no Brasil: estudos e percepções

Pesquisas dos últimos cinco anos mostram que os conflitos humano-fauna no Brasil vêm crescendo de forma ampla em diversos âmbitos como na diversidade de espécies, no alcance de diferentes regiões e na frequência, tornando o entendimento sobre conflitos humano-fauna, um campo mais complexo, que abrange, não apenas, resolver os danos causados pelo conflito, mas, também, considerar a dimensão social (MARCHINI e CRAWSHAW, 2015).

Esse assunto, também, teve um crescimento quase exponencial na literatura científica entre 1997 e 2016, dando relevância para as maneiras de tornar o conflito em coexistência. Quanto à definição do termo “coexistência”, existem dois significados importantes para se considerar. O primeiro deles é, simplesmente, ocorrer no mesmo espaço e tempo, além de haver interação, porém, o outro significado implica em uma questão mais subjetiva dependendo de como se dá a convivência entre as pessoas e a fauna silvestre, em que não há, em sua totalidade, uma reação ou atitude negativa por parte dos humanos (MARCHINI et al., 2019).

No caso das onças-pintadas e das onças-pardas, o motivo primordial para a perseguição dessas espécies é a predação de animais domésticos. A intensidade e a frequência desse conflito têm aumentado a partir do momento em que casos de encontro entre humanos e grandes felinos se expandiram além dos biomas da Amazônia e do Pantanal (CRAWSHAW, 2010). Para um olhar global, o conflito com ambos carnívoros é caracterizado como “alto” com base na definição dessa categoria, que consiste na ocorrência elevada de perdas do rebanho doméstico, baixa frequência de ataques às pessoas, caso existam, e alto nível de morte dos felinos por retaliação (INSKIP e ZIMMERMANN, 2009).

As interações entre as onças-pintadas e os humanos acontecem em diversos cenários socioeconômico e cultural (CAVALCANTI et al., 2010). Segundo Santos et al. (2008), devido a essa diversidade, as percepções e os valores atribuídos sobre este predador podem variar, inclusive nos cinco biomas brasileiros em que a espécie ocorre (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal). Como mostra o estudo, foram analisadas três categorias de percepção: “perigosa”, “bonita” e “perigosa e bonita”. Embora, de modo geral, a categoria “bonita” tenha prevalecido, a Mata Atlântica foi o bioma com a visão mais negativa, apresentando maior frequência na categoria “perigosa” (37,8%) e ficando em segundo lugar com a ideia de que a espécie deveria ser eliminada (15,9%), embora poucas entrevistas (8%) tenham relatado casos de ataques de onça-pintada (SANTOS et al., 2008).

O posicionamento sobre os impactos gerados à criação de gado pelas onças-pintadas está correlacionado a diferentes fatores e pode variar de acordo com a região. No sul do Pantanal, foi analisado que o nível de escolaridade e a condição econômica afetam nas atitudes dos proprietários de terras em relação ao predador: quanto menor for a quantidade de anos na escola e maior for o declínio da situação econômica, mais negativa é a percepção sobre a onça (CAVALCANTI et al., 2010), porém, no norte do bioma, a realidade se mostrou diferente, em que o fator socioeconômico e nem os custos com as perdas do rebanho

pareceram influenciar de forma significativa nas opiniões dos proprietários (ZIMMERMANN et al., 2005).

O Pantanal, por ser uma região, cuja maior atividade econômica é a pecuária extensiva, apresenta um longo histórico de conflito com as onça-pintadas e isso pode ser um indício para melhor entendimento sobre a importância ecológica da espécie (SANTOS et al., 2008) e o reconhecimento de que ela deva ser protegida, mesmo causando diversos danos (ZIMMERMANN et al., 2005).

Além da intolerância às onças-pintadas por causa dos danos causados aos proprietários rurais, existe o sentimento de medo dos ataques aos humanos, o que foi mais evidente na Amazônia (ZIMMERMANN et al., 2005; CAVALCANTI et al., 2010; MARCHINI, 2010). Casos de ataques podem acontecer devido à perseguição e provocação do animal ou pela natureza predatória do mesmo, como o ocorrido em 2008 no estado de Mato Grosso, quando um pescador foi morto enquanto dormia em sua tenda, sendo o primeiro relato oficial documentado de um ataque fatal sem que houvesse provocação da onça (NETO et al., 2011). Entretanto, há controvérsias entre as opiniões de pesquisadores e moradores locais quanto a caracterização de um ataque de onça ser oficial, ou seja, quando o predador não é provocado, e, segundo a visão de técnicos ambientais, os grandes felinos não possuem o hábito de atacar os humanos (MACEDO et al., 2016).

Apesar de, também, ocorrer casos de predação de rebanhos domésticos por pumas (MAZZOLLI et al., 2002; PALMEIRA et al., 2015), as pesquisas sobre os impactos gerados por esse conflito são mais focadas na espécie *Panthera onca* (MARCHINI e CRAWSHAW, 2015). Embora a grande similaridade entre os nomes populares das duas espécies de grandes felinos no Brasil, ambas sendo reconhecidas como “onças”, a onça-pintada ainda apresenta maior peso social e cultural, uma vez que sua aparição na literatura e no folclore é mais recorrente que da onça-parda, inclusive em livros infantis (MARCHINI, 2010). Entretanto, de um lado negativo, a onça-pintada pode ser mais perseguida e caçada, mesmo em um cenário que tenha mais casos de predação por onça-parda (PALMEIRA, 2009).

Nos diferentes locais da Mata Atlântica, foi identificada uma percepção positiva para ambas espécies de predadores (CONFORTI e AZEVEDO, 2003; ENGEL et al., 2016). Em algumas pequenas propriedades do Vale do Ribeira, embora o receio por esses grandes felinos seja alto (79%) e a aceitabilidade, considerada relativamente neutra, a maioria (62%) concordou que sentiria pesar se as onças-pintadas e onças-pardas desaparecessem da região e, ainda, que gostam dos dois felinos (ENGEL et al., 2016). Entretanto, as atitudes dos

proprietários sobre as onças dependem do seu nível de conhecimento sobre as espécies, assim, quanto menor o conhecimento, maior é o número de predações associadas à onça-pintada (MARCHINI e MACDONALD, 2018). Segundo uma pesquisa realizada ao redor do Parque Nacional do Iguaçu, existe distinção entre ambas espécies conforme o sentimento de ameaça que trazem à população local, sendo que, na maioria, a onça-parda não era vista como um perigo à vida humana e poucos conseguiram a identificar, ao contrário da onça-pintada (CONFORTI e AZEVEDO, 2003).

3.2.4 Quilombolas e grandes felinos

A relação entre humanos, plantas e animais está presente nas comunidades quilombolas e existem diferentes formas de se tratar a natureza. Um exemplo é o Quilombo do Carmo, São Roque - SP, em que os animais, principalmente, os de criação, significam mais do que fonte de alimento ou de renda, são parte ativa do território quilombola, sendo reconhecidos, do mesmo modo que os moradores, como os filhos da Nossa Senhora do Carmo (FANARO, 2016).

Essa visão sobre a natureza como algo sagrado demonstra uma relação profunda de interdependência entre os quilombolas e a fauna ao seu redor. Tal relação é claramente evidenciada através dos conhecimentos dos quilombolas sobre as espécies com as quais convivem, é o caso dos mamíferos de médio a grande porte, inclusive as onças (SILVA e RESTREPO, 2019; PRADO et al., 2020). Entretanto, ainda existe uma relação de conflito entre alguns quilombos do Vale do Ribeira e animais silvestres, como é o caso das onças (PALMEIRA e BARELLA, 2007).

Apesar dos ataques às criações domésticas serem raros, o prejuízo econômico dentro das comunidades quilombolas Maria Rosa e Porto dos Pilões é muito grande (cerca de 5% do valor do estoque anual - perda média de U\$\$ 4.672 por ano), considerando a baixa renda econômica e a pequena quantidade de animais criados. É em consequência desse dano que os quilombolas têm uma opinião muito negativa sobre as onças, ainda mais após a morte de um morador da comunidade Maria Rosa, atacado por uma onça-pintada em 1999. Além disso, houve distinção entre as duas espécies de onça, em que a maioria (84%) atribuiu as predações à onça-pintada (*Panthera onca*) e mais da metade (54%) acreditava que exterminar esses predadores da região seria a melhor alternativa para reduzir o problema (PALMEIRA e BARELLA, 2007).

Esse sentimento de medo pelas onças, as vendo como prejuízo, intensifica a dificuldade das ações conservacionistas para a proteção dos grandes felinos (PALMEIRA e

BARELLA, 2007), especialmente, em relação às populações tradicionais, já que, no campo da conservação, pouco se é levado em conta sobre a realidade da comunidade local (MACEDO et al., 2016).

3.3 CONSERVAÇÃO E MEDIDAS PREVENTIVAS

3.3.1 Porque conservar os grandes felinos?

As principais ameaças a esses felinos são a fragmentação e degradação de seu hábitat devido à expansão das áreas urbana e rural, gerando maior isolamento dos grupos populacionais dessas espécies, o atropelamento por causa do aumento das malhas rodoviárias, doenças provenientes de animais domésticos como cães e gatos e a caça. Além disso, a perda de suas presas naturais devido à caça esportiva ou de subsistência, que ocorre em toda Mata Atlântica, é um dos fatores para a redução da disponibilidade de alimento a esses felinos, que acabam buscando outras alternativas de recursos em áreas antropizadas e predando os animais domésticos ali presentes, conseqüentemente, isso gera um grande conflito entre os criadores dos rebanhos e os predadores (HOOGESTEIJN, 2004; DESBIEZ et al., 2013; ICMBIO, 2017).

Dentre os motivos principais para se conservar esses carnívoros, existem três que se baseiam na racionalidade: ecológico, econômico e legal (CAVALCANTI e PERILLI, 2015). Como predadores de topo, apresentam importante papel ecológico no controle populacional de grandes mamíferos herbívoros (GALETTI, 2015). Quanto aos valores econômico e legal, no Brasil, já que matar carnívoros no país é crime segundo o Artigo 29 da Lei de Crimes Ambientais: “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: pena de detenção de seis meses a um ano, e multa”, as onças são animais muito carismáticos e um atrativo para os turistas. Contudo, a decisão de conservar dos grandes predadores, também, depende de razões subjetivas, que se tratam de questões sociais, culturais e éticas (CAVALCANTI e PERILLI, 2015).

3.3.2 Quais são as ações?

As principais formas de melhorar as práticas no manejo da criação doméstica, de modo a diminuir as predações por onças, estão escritas em guias e manuais, que, também são responsáveis por disseminar mais conhecimento sobre a biologia e ecologia do animal de forma acessível e compreensível, para que as causas de morte do rebanho não sejam atribuídas somente à onça-pintada (MARCHINI et al., 2009; MARCHINI et al., 2011;

HOOGESTEIJN e HOOGESTEIJN, 2011; MARCHINI et al., 2018). Em geral, esses guias sugerem aos proprietários rurais quais medidas preventivas podem ser feitas para amenizar a predação das criações domésticas e, assim, o confronto com as onças. Algumas delas são:

- Utilizar cercas para o gado não se aproximar da mata;
- Manter vacas prenhes e bezerros longe da mata e mais próxima à sede;
- Confinamento noturno e sistema de iluminação;
- Usar cercas elétricas;
- Estabelecer um período específico e curto para a reprodução do rebanho, além de maior controle e supervisão sobre os nascimentos de bezerros;
- Conhecer e saber diferenciar as causas de morte das criações;
- Registrar com detalhe todos os casos de predação.

No Brasil, existem diversas instituições nacionais que apoiam pesquisas sobre a conservação de mamíferos carnívoros. Em 1994, o CENAP (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros) foi fundado pelo pesquisador Peter Crawshaw Jr. e, em 2007, foi integrado ao ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Em 1996, Crawshaw, junto com o CENAP, criaram o OSCIP Instituto Pró-Carnívoros e ambas instituições têm contribuído para o desenvolvimento de trabalhos e produção de conhecimento sobre os carnívoros nos diferentes biomas brasileiros (FRANCO e SILVA, 2020).

Entre 1990 e 1995, o pesquisador Crawshaw, ainda, foi responsável pela criação e coordenação do Projeto Carnívoros do Iguaçu, desempenhado no Parque Nacional do Iguaçu, onde foram monitoradas algumas espécies de carnívoros, principalmente, a jaguatirica e a onça-pintada (PROJETO ONÇAS DO IGUAÇU, c2018). Apesar da interrupção do projeto por falta de verbas, recentemente, em 2018, foi criado o Projeto Onças do Iguaçu (FRANCO e SILVA, 2020) e foi elaborado um novo guia, mostrando, em linhas gerais, o trabalho realizado nesse projeto, que consiste em monitorar as populações de onças-pintadas e de outros mamíferos, além de buscar mais informações sobre sua ecologia e de atuar conjuntamente com a população local e com os proprietários rurais para trazer uma relação mais harmoniosa entre as pessoas e as onças (MARCHINI et al., 2018).

Outro meio muito importante para a conservação de espécies ameaçadas é o Plano de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - PAN e apenas em 2012 foi estabelecida uma metodologia padronizada e bem elaborada por meio da Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 de abril de 2012 . Os PANs são um instrumento de gestão e

de políticas públicas voltadas para estabelecer ações prioritárias para a conservação de espécies ameaçadas e envolvem a participação de diferentes segmentos da sociedade (LINS et al, 2018). Atualmente, foi aprovado um Plano de Ação Nacional para a Conservação de Grandes Felinos pela Portaria nº 612, de 22 de junho de 2018, cujo objetivo geral é “reduzir a vulnerabilidade da onça pintada e da onça parda, em 5 anos, com vistas a melhorar o estado de conservação de suas populações” e incluem trabalhos voltados à manutenção e aumento de áreas adequadas para as espécies de grandes felinos, à promoção de medidas que amenizem os conflitos com os humanos e a redução de abates das onças (BRASIL, 2018).

3.3.3 Desafios nas comunidades quilombolas

A principal forma de subsistência foi a agricultura de corte e queima (coivara), além da criação de animais domésticos (MUNARI, 2009). A agricultura de coivara consiste em três etapas: a conversão, o cultivo e o pousio. A conversão é quando ocorre a derrubada e queima da vegetação original, nesse processo, o solo fica exposto, elimina as ervas daninhas, melhora a fertilidade e a quantidade de nutrientes. No cultivo, são utilizadas várias espécies em consórcio e, geralmente, a clareira aberta na floresta pode ser aproveitada uma ou duas vezes. No pousio ou, também, descanso da terra, pode ocorrer de duas formas: deixar a área anteriormente cultivada ou manejá-la com espécies que promovem a regeneração do local. O período para o descanso da terra varia, mas deve ser o suficiente para possibilitar a regeneração (NEVES et al., 2012).

Embora, dentro da dimensão da agricultura tradicional, exista uma norma prescrita na Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, em que a supressão da vegetação primária e secundária do Bioma Mata Atlântica só é autorizada pela decisão de um órgão ambiental estadual e com aceitação prévia, quando preciso, de órgãos federal ou municipal do meio ambiente (BRASIL, 2006). Existe restrição a essa forma de agricultura, que, historicamente, foi desconsiderada de modo que, na década de 1950, a Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura (FAO em inglês) declarou que os governos e centros de pesquisa pudessem investir mais na modernização das atividades agrícolas e substituir o sistema agrícola itinerante. Entretanto, há novos estudos que vêm trazendo a importância da agricultura de coivara na questão ambiental e econômica (NEVES et al., 2012), um sistema que se mostra sustentável para as comunidades e para o ambiente (FILHO, 2015).

Outro dificuldade encontrada nessas comunidades é a autorização à caça de subsistência, que, no Brasil, sua legislação ainda é ambígua (ANTUNES et al., 2019) e a regulamentação não existe, assim, criando maior dificuldade para se tratar deste tema de

forma adequada e considerar que há distinções entre os tipos de caça (caça esportiva, de subsistência, científica, comercial e furtiva), somente, observando como algo único. Embora no Inciso I do Art. 37 da Lei de Crimes Ambientais – 9605/98, o abate da fauna não seja crime quando há “estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família”, isso não garante que a prática de caça seja descriminalizada, logo, as populações tradicionais, como os quilombos, que dependem dessa atividade para sobrevivência, não têm seus direitos reconhecidos e permanecem nessa situação há cinquenta anos no mínimo (ECO, 2017).

Como o nosso modo de vida atual, representado pela exploração em massa dos recursos naturais e o constante crescimento demográfico humano, vem modificando e fragmentando as áreas de floresta, as estratégias de conservação *in situ* são necessárias para proteger e manter regiões com alto índice de biodiversidade. Uma das estratégias é a criação de áreas protegidas, onde são implementadas as Unidades de Conservação, porém estas áreas acabam sendo sobrepostas aos territórios pertencentes às populações tradicionais. Com isso, vários conflitos são gerados e, ainda, intensificados pela ausência de diálogo e interação entre o conhecimento técnico-científico e o conhecimento local (SILVA e RESTREPO, 2019).

Com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi instituído o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) que divide as unidades de conservação em duas categorias: a) unidade de proteção integral, que não permite a ocupação humana, havendo, apenas, uso indireto dos atributos naturais; b) unidade de uso sustentável, que admite a presença humana e a exploração do ambiente de forma a garantir a manutenção da biodiversidade e os processos ecológicos. Entretanto, em Parques Nacionais (tipo de UC de proteção integral), 69% dos residentes pertencem às comunidades tradicionais e a maior parte dos gestores (77%) têm uma visão muito negativa sobre a presença humana nessas áreas, o que gera conflito de interesses entre a gerência e os moradores dos parques (DAMASCENO et al., 2020).

Essa concepção de que não se deve incluir populações humanas dentro das áreas protegidas se iniciou nos parques nacionais dos Estados Unidos no século XIX. Com isso, as comunidades consideradas tradicionais acabam sendo retiradas das suas regiões de origem e criando complicações socioculturais e éticas (DIEGUES 1993, 2008). Esse conflito pode ser até uma ameaça à existência das unidades de conservação, já que sem suas populações tradicionais, ficam vulneráveis à invasão de madeireiros e mineradores. Nesse sentido, é indicado que se abandone a ideia importada de parques nacionais e a criação das unidades de

conservação passe a considerar essas populações como aliados à conservação (DIEGUES, 1993).

4. METODOLOGIA

4.1 ÁREA DE ESTUDO

Neste trabalho, a área de estudo compreende a região do Vale do Ribeira, porém, foi focada nas comunidades quilombolas em que os entrevistados Raquel Silva, Francesca Palmeira e Helbert Prado realizaram suas pesquisas, respectivamente, são elas: Ivaporunduva, Maria Rosa e Porto de Pilões, e São Pedro, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima.

O Vale do Ribeira se estende por dois estados brasileiros, nas regiões sudeste de São Paulo e leste do Paraná, abrangendo, no total, 31 municípios, 22 em São Paulo e 9 no Paraná, sendo que alguns ainda estão, parcialmente, dentro da Bacia do Ribeira (ISA, 2013). Segundo o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), o Vale se divide em três sub-regiões: a Baixada do Ribeira (municípios de Eldorado, Jacupiranga, Pariquera-Açu, Registro e Sete Barras), a sub-litorânea, onde se encontram os municípios de Iguape e Cananéia, e o Alto Ribeira (municípios de Iporanga, Apiaí e Ribeira) (ANDRADE et al., 2000).

A região é considerada a parte mais pobre do estado de São Paulo, porém, apresenta abundância em recursos naturais (CARVALHO, 2006), possuindo o maior remanescente contínuo do bioma Mata Atlântica preservada no país e ainda se tornou, em 1999, Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco, como informa a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA, s. d.), além de mais de 50% de sua área total estar sob a gestão de proteção ambiental (ISA, 2013). O conjunto de suas Unidades de Conservação (UCs) são divididas em 4 mosaicos: o Mosaico do Paranapiacaba, o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, o Mosaico da Jureia e o Mosaico Lagamar. (PEREZ et al., 2014).

O Vale do Ribeira, além da sua importância ambiental, também apresenta uma diversidade sociocultural, abrigando várias comunidades rurais de diferentes origens, dentre elas, caiçaras, indígenas e quilombolas. É nessa região que se encontra o maior remanescente de quilombos do estado de São Paulo, os quais se referem a grupos de pessoas resistentes ao regime escravocrata no período colonial (MUNARI, 2009). Atualmente, no estado de São Paulo, são 66 comunidades remanescentes de quilombolas identificadas pelo ITESP, das 28 comunidades reconhecidas no estado, 21 se localizam no Vale do Ribeira e dessas, apenas 6 estão tituladas (ISA, 2013).

Com a chegada dos europeus no litoral sul de São Paulo, os portugueses, nos primeiros anos do século XVI, exploravam a região do Vale do Ribeira, já povoada por grupos indígenas, e utilizavam o rio Ribeira para se locomoverem mais para o interior através de expedições conhecidas como bandeiras (ISA, 2013).

Com a procura de ouro pelos bandeirantes, fundou-se uma das primeiras cidades, a de Iporanga, em 1576 (ISA, 2013). Devido à descoberta do ouro nas margens do Rio Ribeira de Iguape, no século XVII, a cidade de Xiririca foi formada, atualmente chamada Eldorado, no interior do Vale do Ribeira (CARVALHO, 2006). Assim, a primeira atividade econômica desenvolvida na região foi a mineração de ouro de aluvião (o ciclo do ouro), realizada com mão de obra escrava, e perdurou até o início do século XIX. Ao final desse ciclo, os ex-escravos, responsáveis pelo desenvolvimento da mineração do Vale, ocuparam terras e geraram economia a partir da atividade agrícola, em que se consumia e comercializava os alimentos na região e em outros locais do país (ISA, 2013; PRADO, 2016).

Durante esse regime escravocrata, os quilombos foram formados a partir da resistência dos escravos africanos, quando ocorreram fugas e abandono de vários escravos no Vale, já que no século XVIII, a atividade aurífera mudou o foco para outra região mais promissora, o estado de Minas Gerais (PRADO, 2016). Há, também, documentado sobre a possibilidade de doação de terras aos antigos escravos como ocorreu com a formação da comunidade de Ivaporunduva (QUEIROZ, 1997).

No final do século XVII, com o declínio do ciclo do ouro, o Vale vivenciou o ciclo do arroz até início do século XX (CARVALHO, 2006), mas foi durante a primeira metade do século XIX, no seu auge, que ocorreu uma intensa comercialização do arroz por outras regiões do Brasil (ISA, 2003). Foi na mesma época que se estabeleceu um dos mais importantes portos do país, o de Iguape, em que havia importações e exportações de pessoas e produtos (PRADO, 2016).

Simultaneamente ao auge do ciclo do arroz, houve uma mudança significativa no final do Rio Ribeira de Iguape,. Foi a abertura de um canal artificial conhecido como Valo Grande (VG) para conectar o rio Ribeira e Mar Pequeno, além da parte urbana de Iguape (PRADO et al., 2019) e escoar a produção de arroz até o porto antigo da cidade (YOUNG, 1903). Como o VG se encontra no Complexo Estuarino-Lagunar Cananéia-Iguape (CELCI) (PRADO et al., 2019), além de ter implicações nos âmbitos econômicos e sociais, apresentando potencial produtivo para a pesca, agricultura e extrativismo, há a questão ambiental, já que a região

abrange ecossistemas terrestres, aquáticos e marinhos; e tem a função de manter a vida aquática (SMASP, 1990).

As comunidades quilombolas já haviam se formado desde do século XVIII e representavam um grande papel na economia local e regional por meio do fornecimento de produtos agrícolas, tendo em destaque o arroz (PRADO, 2016). A comunidade mais antiga a se formar no Vale do Ribeira foi a de Ivaporunduva, mesmo antes da cidade de Xiririca (ITESP, 2000) e, segundo os moradores, existe uma lenda sobre a origem desse povoado. Para eles, a chegada de uma senhora portuguesa, Maria Joana, trouxe negros para serem escravizados nos trabalhos de mineração do ouro e, ainda, ordenado construir uma capela. Ao adoecer, a senhora retorna para Portugal e doa as terras para uma santa, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em que acreditam ter libertado-os da escravidão e deixado uma terra rica a eles (QUEIROZ, 1997).

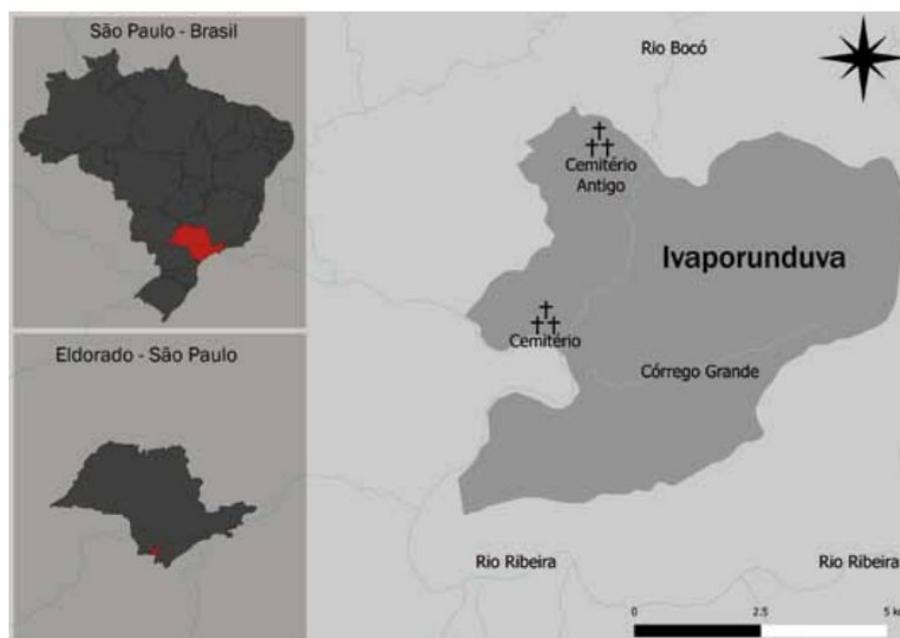


Figura 7: Região geográfica em que se encontra a comunidade de Ivaporunduva - município de Eldorado - SP, localizada no médio do Vale do Ribeira, na margem esquerda do rio Ribeira. Fonte: www.incra.gov.br

Ivaporunduva, localizada no município de Eldorado (Fig. 7), foi reconhecida como comunidade remanescente quilombola pelo ITESP em 1998 (ITESP, c2019) e apenas em 2010 conseguiu sua titulação pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com mais de 2.035,12 hectares de terra, como consta do documento “Coleção Terras de Quilombolas” (INCRA, 2015). Atualmente, o quilombo apresenta, como forma de renda e de consumo, atividades turísticas e produção de banana orgânica e de produtos artesanais,

além da roça tradicional composta por arroz, mandioca, milho, feijão, verduras e legumes (QUILOMBOS DO RIBEIRA, c2011).

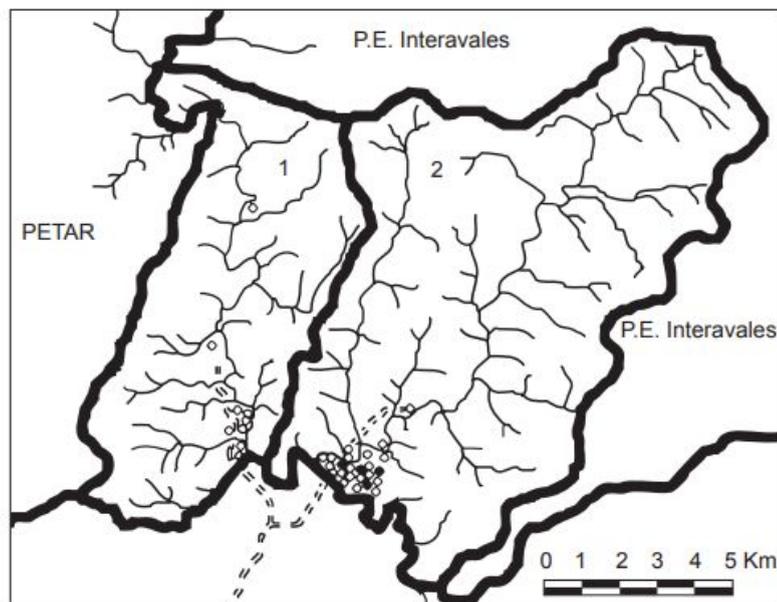


Figura 8: Território das comunidades Maria Rosa (1) e Porto dos Pilões (2), localizadas no município de Iporanga - SP e entre duas Unidades de Conservação: Parque Estadual de Intervales e PETAR. Fonte: PALMEIRA e BARELLA, 2007.

No caso das comunidades Maria Rosa e Porto dos Pilões (Fig. 8), ambas reconhecidas em 1998 pelo o ITESP (ITESP, c2019), passaram por diversas dificuldades relacionadas à regularização e à titulação do seu território por causa da criação do Parque Estadual Intervales a partir do Decreto nº 40.135 de 8 de junho de 1995 (SÃO PAULO, 1995). A sobreposição das terras quilombolas após a criação do parque gerou mais conflitos pelo fato de que, anteriormente, seu direito à posse de terras já estava previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

Após o conflito com a criação do parque Intervales, somente com o Decreto Estadual nº 44.293 de 04 de outubro de 1999 (SÃO PAULO, 1999), o Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, declarou que as áreas dos remanescentes quilombolas não integrariam mais o perímetro do parque. Entretanto, apenas no dia 15 de janeiro de 2001, a titulação do domínio de terras foi dada para as três comunidades Maria Rosa e Porto dos Pilões, localizadas em Iporanga, e São Pedro, localizado no próprio município e em Eldorado, no

sentido de reconhecer sua propriedade, devido à ocupação secular nessa região, e de manter sua cultura (PORTAL GOVERNO DE SÃO PAULO, 2001).

A formação do quilombo de São Pedro se deu pela expansão do território em busca de terras férteis para a agricultura e pelo processo de fixação nas margens dos afluentes do Ribeira. Considera-se que um dos primeiros moradores a se estabelecer no local foi Bernardo Furquim, qualificado como “preto livre”, que chegou sozinho e com receio de ser levado ao trabalho escravo. Atualmente, a comunidade é composta por 39 famílias que utilizam a área para roça tradicional, extrativismo e criação de animais de pequeno a grande porte (ITESP, 1998).

No caso dos quilombos Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, a formação ocorreu a partir da ocupação das terras por onde passa o Rio Pedro Cubas. Ambas comunidades foram fundadas por Gregório Marinho e outros escravos fugidos da fazenda Caiacanga no século XVIII, mas ainda com dificuldades de se manter devido à pressão da chegada de outros fazendeiros (QUILOMBOS DO RIBEIRA, c2011). Pedro Cubas, hoje, é composta por 40 famílias que usam a terra para a produção de frutas, legumes e hortaliças, além da criação de animais domésticos (ITESP, 1997).

4.2 MATERIAIS E MÉTODOS

Neste trabalho, para a coleta de dados, foram utilizados a revisão bibliográfica e a entrevista semiestruturada com questionários (Anexos I e II).

Segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa se caracteriza pela coleta de dados a partir da perspectiva das pessoas no estudo em que estão envolvidas. Isso permite ao pesquisador analisar as informações e compreender como funciona o fenômeno em estudo, além de ser possível que os investigadores usem sua criatividade para desenvolver o enfoque de seus trabalhos, já que essa forma de abordagem não apresenta uma estrutura propriamente rígida. É no decorrer da investigação que as perguntas amplas podem ser esclarecidas.

O mesmo autor ainda coloca que há diferentes formas de conduzir esse modelo de estudo. Na revisão bibliográfica, é dividida em três aspectos relevantes: a escolha de documentos, o acesso a eles e a sua análise - que consiste em analisar e buscar interpretações novas e complementares de materiais diversos, sendo documentos “primários”, obtidos por pessoas que vivenciaram o ocorrido, e “secundários”, coletados por pessoas que não estavam presentes na ocasião. Esse modo de pesquisa permite o estudo sem necessitar do acesso físico e é considerado uma grande fonte de dados para a abordagem qualitativa. Além disso, o pesquisador pode aplicar duas estratégias fundamentais: a observação e a entrevista. É

importante que o pesquisador tenha os objetivos de seu trabalho e qual é o seu papel para aqueles que fornecerão informações (os entrevistados).

A entrevista é definida como um modo de interação social entre duas pessoas, em que o propósito da conversa já definido, ou seja, espera-se obter informações do entrevistado, diminuindo as incertezas sobre o que é dito (HAGUETTE, 2001). Através desse método de obtenção de dados, os entrevistadores podem coletar dados objetivos e subjetivos. Apenas pela entrevista é possível obter os dados subjetivos, já que ela permite a relação de valores, opiniões e atitudes entre os interlocutores (BONI e QUARESMA, 2005).

Uma etapa muito importante durante a pesquisa é a preparação da entrevista. Nela se destacam o planejamento da entrevista, saber o objetivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, aquele que tenha familiaridade com o tema; disponibilidade do entrevistado para fornecer as informações; oferecer confiabilidade ao entrevistado; e organizar um roteiro com as questões mais relevantes (LAKATOS e MARCONI, 1996). As perguntas devem apresentar uma lógica para a pessoa entrevistada, considerando a continuidade na conversação e buscando seguir uma sequência do pensamento do pesquisado (BOURDIEU, 1999).

Na pesquisa qualitativa, a entrevista é apropriada para investigar como as pessoas percebem o mundo ao seu redor, já que permite um diálogo mais amplo e aberto entre o entrevistado e o entrevistador, o que promove o aprofundamento da relação entre eles e o acesso às opiniões e visões particulares dos entrevistados para os temas em questão (FRASER e GONDIM, 2004).

Com as entrevistas semiestruturadas, o pesquisador precisa seguir um conjunto de questões anteriormente estabelecidas, porém utilizando o questionário em uma situação muito parecida a uma conversa informal, em que o entrevistado tenha possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Assim, o entrevistador pode dirigir a discussão para alcançar os seus objetivos, fazendo perguntas adicionais e esclarecendo perguntas ainda em dúvida. As vantagens dessa técnica de entrevista são a melhor amostra da população interessada, mais aprofundamento em temas diversos e maior interação e proximidade entre os envolvidos (BONI e QUARESMA, 2005).

4.2.1 Público entrevistado

A seleção dos entrevistados se deu a partir da busca por profissionais com experiência dentro da área da Conservação e Etnoecologia. Durante a pesquisa, o grupo participante foi uma integrante da equipe do ICMBio - CENAP (Centro de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros), a bióloga Raquel Costa da Silva (RCS), mestre em Ecologia e

Conservação, o pesquisador Silvio Marchini (SM), doutor em Conservação da Vida Silvestre, além do pesquisador e professor Helbert Medeiros Prado (HMP), doutor em Ecologia, e a pesquisadora Francesca Belem Lopes Palmeira (FBLP), doutora em Recursos Florestais. As entrevistas foram realizadas de modo remoto entre os meses de fevereiro e de abril de 2020.

4.2.2 Etapas da pesquisa

1. A revisão bibliográfica foi realizada nas plataformas Google Acadêmico e Periódico Capes, com as palavras-chave conservação e quilombolas, quilombolas do Vale do Ribeira, conflitos grandes felinos e *human-wildlife conflicts*. Nessa pesquisa, foram priorizados os artigos e teses desenvolvidos no Brasil, mesmo estando em língua inglesa.

2. Realização de entrevistas semiestruturadas e individuais com os pesquisadores Raquel Costa da Silva, Silvio Marchini, Helbert M. Prado e Francesca Belem Lopes Palmeira, com o intuito de investigar os trabalhos sobre a interação entre os quilombos do Vale do Ribeira e os grandes felinos, como, também, as ações conservacionistas para amenizar os conflitos existentes.

3. A coleta de dados por meio da revisão bibliográfica e das entrevistas, após transcrição, foram, posteriormente, analisadas através do método Análise de Conteúdo.

4.2.3 Análise dos dados coletados

Os dados coletados através das entrevistas e da revisão bibliográfica foram analisados a partir do sistema de Análise de Conteúdo que faz parte de uma metodologia de pesquisa voltada à descrição e compreensão de um conjunto de textos e documentos, abrangendo muito mais do que uma simples leitura (MORAES, 1999).

Segundo Bardin (1977), o termo “análise de conteúdo” denomina:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”

Durante a análise de conteúdo da pesquisa documental, após selecionados os documentos, o investigador busca compreender as características, estruturas e modelos que estão presentes nos fragmentos de mensagens dos conteúdos escolhidos. Então, o analista apresenta um papel duplo, primeiro como um receptor normal e, depois, procurando por outros significados e outras mensagens (GODOY, 1995).

Segundo Bardin (1977), é colocado que a análise de conteúdo se divide em três fases (Fig. 9): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados: a inferência e a

interpretação. A pré-análise é a etapa da organização propriamente dita, em que há um primeiro contato com os documentos, definindo quais deles serão mais adequados para o problema abordado na pesquisa, quais serão os objetivos e as possíveis hipóteses preliminares. Na segunda etapa, a exploração do material consiste em o pesquisador começar a ler os documentos e adotar os processos de codificação, classificação e categorização. Por último, a partir dos resultados brutos obtidos, o pesquisador deve seguir buscando fazê-los significativos e sua interpretação precisa ser além do que está contido nos documentos, ou seja, é o sentido que está por trás da mensagem captada inicialmente. Essa análise documental pode ser uma técnica complementar para aprofundar dados adquiridos pelas entrevistas, questionários e observações (BARDIN, 1977).

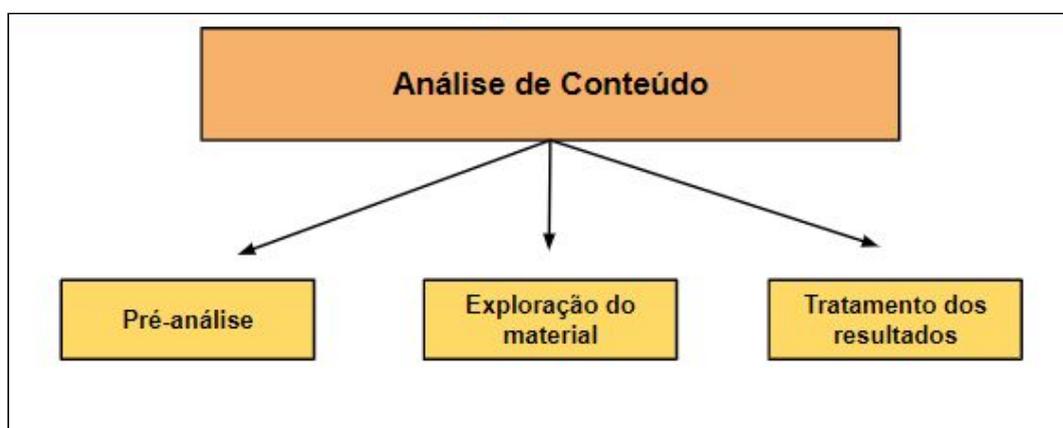


Figura 9: Sistema de análise Bardin. Esquema mostra de forma simplificada a metodologia de Bardin sobre a Análise de Conteúdo, que se divide, basicamente, em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Fonte: Adaptado de CÂMARA (2013).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, foi possível, a partir das respostas dos entrevistados, formular e separar os resultados em 5 temas discutidos: a) Grandes felinos e Quilombolas; b) Pesquisador e Quilombolas; c) Unidades de Conservação (UCs) e Quilombos; d) Ações Conservacionistas e e) Diálogo entre os diferentes agentes. Como as respostas são com base em experiências e relatos que cada um vivenciou, houve alguns temas com uma abordagem mais geral e outros com maior especificidade.

A partir dos resultados da entrevista, foi elaborado o quadro abaixo (Quadro 1) com uma visão geral e mais resumida das perspectivas dos entrevistados sobre cada tópico discutido, que serão abordadas adiante com mais detalhes. A descrição dada aos tópicos, simplificada em, no máximo, duas palavras, será explicada e evidenciada conforme as falas

dos pesquisadores. Além disso, foi possível reunir os conteúdos de alguns temas pela proximidade do enfoque dado a eles, como ocorreu com os itens: b) Pesquisadores e Quilombolas e c) Unidades de Conservação (UCs) e Quilombos; d) Ações Conservacionistas e e) Diálogo entre os diferentes agentes.

Quadro 1: Visão geral dos entrevistados sobre cada tema e uma breve comparação das diferentes percepções.

		Entrevistados			
		Helbert M. Prado (HMP)	Raquel C. da Silva (RCS)	Francesca B. L. Palmeira (FBLP)	Silvio Marchini (SM)
Tópicos	a) Grandes Felinos e Quilombolas	Relação negativa	Relação importante	Relação negativa	*
	b) Pesquisadores e Quilombolas	Dificuldade	Mais facilidade	Dificuldade	*
	c) Unidades de Conservação (UCs) e Quilombos	Relação conflituosa	Relação conflituosa	Relação conflituosa	*
	d) Ações Conservacionistas	Adequado e Participativo	Adequado e Participativo	Adequado e Participativo	Adequado e Participativo
	e) Diálogo entre os diferentes agentes	Essencial	Essencial	Essencial	*

Obs.: Para o pesquisador Silvio Marchini, as respostas obtidas apenas são referentes ao tema d) Ações Conservacionistas (*).

5.1 GRANDES FELINOS E QUILOMBOLAS

Dentre os entrevistados, dois deles (Helbert Prado e Raquel Silva) não apresentaram, como foco de pesquisa, os conflitos entre os grandes felinos e as comunidades quilombolas estudadas; ambos investigaram o conhecimento local sobre a ecologia de espécies de mamíferos que ocorrem na região, porém com enfoque em diferentes grupos faunísticos (herbívoros, onívoros e carnívoros).

A obtenção de informações sobre a relação de conflito com esses carnívoros foi diferente para ambos pesquisadores a partir dos relatos que coletaram. Para o pesquisador Helbert Prado, cujo trabalho foi realizado nas comunidades de São Pedro, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, os carnívoros em geral, incluindo os felinos, ficaram de fora da amostragem no seu trabalho, tanto no registro da presença desses animais na região quanto nas entrevistas. Nesse caso, as situações de conflito foram observadas durante as idas a campo, porém o episódio que considerou mais relevante para mencionar foi durante uma

entrevista em que presenciou a predação de galinhas por um gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*) no quintal da casa do entrevistado.

“... a gente estava ali, ele escutou, assim, percebeu a movimentação no quintal, daí na hora, a gente interrompeu a entrevista e ele foi atrás, aí ele chegou a ver o animal entrando para mata de novo com o frango, né, era um gato-mourisco e aí, o que que ele fez? Ele montou, assim, uma armadilha para ver se pegava o gato selvagem, né, para ele não continuar predando ali os animais dele, né, de criação. E aí, o que aconteceu foi que, no dia seguinte, quando eu voltei, ele já tinha conseguido abater esse felino, cheguei a ver a pele do animal ali esticada ...” (HMP).

Segundo a percepção do pesquisador, os moradores que se envolvem mais com a atividade de caça durante toda vida, tendo como principal fonte proteica a carne de animais silvestres – perfil que se encaixa ao morador entrevistado – acabam abatendo os felinos devido ao receio da predação de seus rebanhos domésticos e de, inclusive, de ataques aos próprios quilombolas, mas, também, há uma questão de consumo da carne dos felinos, mesmo sendo algo raro.

Na entrevista, ele comenta sobre uma técnica de caça chamada de “trepeiro” (caça de espera) (PRADO et al., 2020) que, segundo o entrevistado, consiste em colocar iscas com frutas, chamada de “ceva”, durante vários dias e em montar uma estrutura, onde a pessoa fica no alto, ao longo da noite, para observar a chegada de algum animal, de preferência um veado, uma paca ou um porco-do-mato, carnes mais voltadas para o consumo. Entretanto, se aparecesse algum felino, principalmente, uma onça (não menciona qual espécie), ela seria abatida, conforme o pesquisador relata sobre a conversa que teve ao acompanhar um quilombola na caça de uma paca e em outras entrevistas, onde o morador comenta:

“‘Olha, vamos esperar um pouco, porque, geralmente, a paca, ela anda em casal, então se o casal vier, eu vou abater também’, aí ele até brincou, ele falou assim: ‘olha, e pode acontecer do gatão também aparecer pelo cheiro’” (fala do quilombola mencionada por HMP).

Essa relação de conflito envolve, na concepção de Helbert Prado, o sentimento de medo (SANTOS et al., 2008) pela presença de felinos como potenciais predadores dos animais de criação e, ainda, uma visão de que esses carnívoros competem com os próprios caçadores pelas mesmas presas (CRAWSHAW, 2004), foi o único a fazer esse comentário: “*Homo sapiens* e felinos, predadores ali das mesmas presas do mesmo ambiente...”. Com base

em sua vivência, as únicas percepções observadas sobre esses animais foram negativas, porém, não foi feita uma investigação mais aprofundada para avaliar, de fato, essa questão.

Pela experiência da pesquisadora Raquel Silva, seu trabalho, realizado no quilombo de Ivaporunduva – Vale do Ribeira, focou no conhecimento ecológico local e na dimensão humano-fauna na comunidade. Como exemplo de interação entre os felinos e os quilombolas, ela menciona que esses carnívoros se aproximavam das propriedades do quilombo e predavam as galinhas e, conseqüentemente, os moradores perseguiram o animal predador. A entrevistada ainda relata que foi possível coletar vários casos envolvendo o conflito com alguns felinos, como as onças.

“... mas eu lembro que tinha muita história das onças e os ‘gatos grandes’, que eles falavam, vindo perto da casa. A maioria das vezes, eles falavam que era para vir atrás da presa; as presas vinham comer, sei lá, bananas, e aí, vinham as jaguatiricas e as onças tudo atrás” (RCS).

A partir das falas dos dois entrevistados, foi possível observar que as informações obtidas são semelhantes quanto às narrativas dos quilombolas sobre os conflitos com os felinos devido à ameaça que esses predadores trazem para a comunidade por se alimentarem de suas criações e se aproximarem das pessoas. Além disso, pode – se colocar que a relação dos moradores com esses carnívoros se dá por intermédio da proximidade às suas presas naturais, fato descrito em um estudo (PRADO et al., 2020) pela própria Raquel Silva, com a citação do quilombola:

“As pequenas criaturas vêm ao jardim para comer raízes e frutas, que trazem os grandes gatos que vão onde está a comida deles ... no meio do ano, o todos os gatos vêm em busca de comida, então eles chegam mais perto porque o que eles comem está muito mais perto de nós” (PRADO et al., 2020, p. 9).

Essa fala sugere que, além de haver uma relação indireta entre os ambientes modificados e os carnívoros da região (os “grandes gatos”) (PRADO *et al.*, 2020), o conhecimento do morador sobre o felino mostra a interação e proximidade que existe entre o quilombola e o predador, assim, como é dito pela Raquel Silva na entrevista: "você falar de fauna, você tá falando do que eles conhecem, da relação deles ...".

A entrevistada Francesca Palmeira, que realizou uma pesquisa com as comunidades quilombolas Maria Rosa e Porto dos Pilões, relata que, embora os ataques nas criações ocasionados por onças fossem raros, os prejuízos econômicos eram muito elevados,

considerando a baixa renda da população local e da pequena quantidade de animais domésticos (PALMEIRA e BARRELLA, 2007). Com isso, se intensificava o sentimento negativo, como intolerância e medo, sobre as onças e a perseguição das mesmas, como é mostrado ao perguntar para os próprios quilombolas qual seria a solução para reduzir essas predações: “... a maioria falava ‘matar ela, matar ela, caçar ela’...”.

Com base nas respostas, os três pesquisadores acima se assemelham ao ressaltarem o grande problema que os felinos da região, principalmente as onças, representam para as comunidades quilombolas por causa das perdas e danos gerados pela predação de seu rebanho. Entretanto, a percepção negativa sobre os predadores foi mais visível para os entrevistados Helbert Prado e Francesca Palmeira do que para a Raquel Silva (Quadro 1a). Para ela, a comunidade reconhecia a importância da relação entre os moradores e os predadores. Com isso, menciona que identificar a presença da fauna na região foi uma forma de trazer a identidade da cultura quilombola:

“... eles falavam muito o quanto eles não gostavam de vender pra turista, que era uma comunidade forte de turismo étnico, eles não gostavam de vender coisa de índio. Eles vendiam arco e flecha, e isso não é culturalmente de quilombola” (RCS).

“... a foto que eu tirei no mato, usou para eles mostrarem pros turistas que vão lá pra saber sobre os quilombolas, pra saber sobre a coisa mais afrodescendente, também saber que eles têm bicho lá, essa parte mais ambiental” (RCS).

Então, fora a ideia de montar um projeto com as fotografias para expor na pousada da comunidade, o que gerou essa interpretação de haver mais relevância pelas espécies ali presentes, alguns moradores, que eram os mateiros e acompanhavam a pesquisadora a campo, a viram fazendo pegadas de gesso e ficaram interessados para produzir e vender para turistas, o que, futuramente, pode ser uma nova renda e diminuir a visão negativa sobre os felinos.

“... eles colocaram fotos das câmeras, os registros das espécies que eu consegui nas câmeras traps. Eles imprimiram, primeiro foi em folha sulfite e colocaram na pousada, aí eu falei ‘não pera, vamos fazer direito’; foi um miniprojeto” (RCS).

“... eles me viram limpando, eu fazendo, eu tirando, eu explicando e tal, e nisso deu um estalo no quilombola que ele falou assim: ‘ah será que as pessoas gostam disso que nem você?’, aí eu falei ‘gosta’” (RCS).

Aqui, vale ressaltar que, para a maior parte das pessoas, houve mudança na percepção sobre a fauna. Após a vasta alteração e domesticação da paisagem, a relação humano-natureza se alterou drasticamente, e muitos dos grandes predadores, como as onças, ou das espécies que representavam alguma ameaça foram eliminados para dar lugar aos animais domesticados, considerados "úteis" quanto às questões econômicas e alimentares (SCHLINDWEIN e RIVERA, 2019).

No caso das comunidades quilombolas, sustentando a declaração da entrevistada Raquel Silva: “eles falaram: ‘ah a nossa relação com o bicho vai ser importante’”, em que havia o reconhecimento do convívio com a fauna local pelos próprios moradores, essa população tradicional tem um olhar de respeito sobre a natureza, a fauna e o seu território (SILVA e RESTREPO, 2019) e, ainda, está ligado à religiosidade, porém, isso se aplica, principalmente, aos animais domésticos (FANARO, 2016).

Quadro 2: Comparação entre as declarações dadas pelos entrevistados e a literatura quanto às percepções sobre as onças.

Entrevistados	Literatura
"... receio do animal preda a criação ou, mesmo, ameaçar as próprias pessoas" (HMP).	"Atitudes gerais em relação a onças-pintadas e pumas foram associadas ao medo; à medida que o medo aumentava, as atitudes gerais eram negativas" (ENGEL et al., 2016, p. 12, tradução da autora).
<p>"... não consegui ver nenhuma percepção positiva" (HMP).</p> <p>"... a visão deles era muito negativa em relação ao predador" (FBLP).</p>	<p>"... a maioria das pessoas tinha percepções positivas em relação a ambas as espécies" (CONFORTI e AZEVEDO, 2003, p. 218, tradução da autora).</p> <p>"No geral, os entrevistados mantiveram uma atitude ligeiramente positiva em relação aos grandes felinos" (ENGEL et al., 2016, p. 9, tradução da autora).</p>

Mesmo havendo semelhança nas afirmações de Helbert Prado e de ENGEL et al. (2016) quanto à sensação ligada ao medo dos grandes felinos, os entrevistados Helbert Prado e Francesca Palmeira, como relatado anteriormente, apenas observaram pontos negativos da percepção dos quilombolas em relação aos grandes felinos. Em contrapartida, nos resultados de CONFORTI e AZEVEDO (2003) e de ENGEL et al. (2016), que estão inseridos no mesmo contexto de propriedades rurais na Mata Atlântica, foi perceptível a existência de uma visão mais positiva por parte dos moradores locais (Quadro 2), evidenciando que há distinção

no posicionamento sobre os conflitos com as onças entre as diferentes regiões do bioma e os diferentes públicos estudados, já que a visão sobre a biodiversidade local pode mudar de acordo com a cultura (SCHLINDWEIN e RIVERA, 2019).

Outro ponto importante encontrado na literatura, que não foi mencionado pelos entrevistados, foi a divergência entre a percepção de ambas as espécies de onças. A maioria dos casos de predação é atribuída às onças-pintadas, com isso, a espécie sofre grande ameaça e perseguição dos criadores de animais domésticos e, ainda, transmite maior ameaça para as pessoas que convivem com esses felinos (CONFORTI e AZEVEDO, 2003; PALMEIRA e BARELLA, 2007; PALMEIRA, 2009).

5.2 PESQUISADORES E QUILOMBOLAS - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E QUILOMBOS

Ao se referir da sua relação com os quilombolas, Raquel Silva aponta o problema de como seria a abordagem sobre um assunto complexo de tratar: “... pra eles falarem o que eles sabiam do bicho, eles tavam me falando que caçam o bicho e é um assunto delicado, como que vou abordar um negócio tão delicado?...”. Ela ainda fez esse questionamento, apesar da pesquisadora ter relatado que foi um contato mais tranquilo e fácil (Quadro 1b) por já ter conhecido a comunidade desde criança quando acompanhava seu pai nas visitas.

Dentro desse tema (relação entre pesquisador e os quilombolas), o pesquisador Helbert Prado ressalta, primeiramente, o fato de que a comunidade tem grande receio da pressão exercida pela legislação ambiental e pela fiscalização quanto ao uso dos recursos florestais e à caça e acabam relacionando isso com a presença do pesquisador e seu trabalho. Em relação a essa última atividade, existe uma problemática devido à ambiguidade de normativas de lei no Brasil, em que a caça como atividade de subsistência é regulamentada, porém, na prática, não ocorre da mesma forma (ANTUNES et al., 2019). Da mesma forma, esse paradoxo (PEZZUTI et al., 2018) é evidenciado pela Francesca Palmeira: “... eles nem sabiam que essa lei existia, que eles podem matar onça, que é o artigo do código de crimes ambientais”.

Assim como Raquel Silva, o mesmo destacou as dificuldades de se realizar a pesquisa com os quilombolas quando se quer questionar seu conhecimento sobre a fauna e a relação entre ambos, temáticas que acabam envolvendo a caça. Isso gera um receio por parte dos moradores da comunidade que são entrevistados, já que fornecem informações sobre suas atividades e temem que elas cheguem até os órgãos de fiscalização, levando prejuízos para eles.

Com isso, o Helbert Prado afirma que teve grande dificuldade (Quadro 1b) dentro dessa forma de trabalho, mesmo havendo o apoio de um grupo de pesquisa que estava com trabalhos em andamento na região há mais de 5 anos:

“... no primeiro momento, a comunidade não autorizou a realização do trabalho e depois de muitas reuniões explicando qual era o intuito do trabalho e que a maneira como os equipamentos (fotográficos) eram instalados na mata, não teria como registrar e identificar as pessoas” (HMP).

Como descrito acima, o uso de registros fotográficos significava uma ameaça à comunidade estudada por acharem que os pesquisadores estavam registrando as suas atividades, principalmente, a extração do palmito juçara (*Euterpe edulis* Martius), sendo uma atividade ilegal e uma espécie protegida pelo Projeto de Lei nº2831-B/2008 (BRASIL, 2008). Para o entrevistado, é necessário construir uma relação de confiança dentro deste trabalho, sendo assim, há maiores chances de registrar informações mais válidas.

Segundo a experiência da pesquisadora Francesca Palmeira, houve complicações ao se comunicar com os moradores do quilombo (Quadro 1b). Para realizar seu trabalho, foi necessário um contato prévio com o chefe da associação, o “Seu Trabuço”, e, mesmo assim, no início, obteve dificuldades para conseguir confiança do morador:

“Eu precisava muito dele (Trabuço), porque eu não conseguia me comunicar muito bem diretamente com as pessoas, porque as pessoas não entendiam nada do que eu falava e ele era meio que meu tradutor. Então, eu consegui me comunicar com ele, mas foi muito difícil, porque ele não me dava muito crédito” (FBLP).

Além disso, os entrevistados relatam o quão importante é possuir uma forma de vínculo com os moradores da comunidade para prosseguir com a pesquisa de maneira segura. Por isso, foi necessário haver um primeiro contato com algum representante ou grupo representante, e, ainda assim, foi algo tardio para desenvolver uma relação de confiança entre os pesquisadores e os quilombolas.

“... você, provavelmente, vai falar com o representante, com um grupo representante... Normalmente, pelo menos nos quilombos perto de onde eu tava, eles falam isso, que eles pedem um tempo, eles conversam com todo mundo da comunidade, depois que aceita, aí eles dão o retorno falando: ‘tá bom, vem fazer a pesquisa’ ”. (RCS).

“... foi uma série de reuniões, de explicações... os primeiros meses, diria até o primeiro ano, foi um trabalho de consolidação dessa relação de confiança”. (HMP).

Outro tópico muito debatido durante as entrevistas foram os conflitos entre a política ambiental, as Unidades de Conservação (UCs) e as comunidades quilombolas, quanto populações tradicionais. Nesta discussão, os três pesquisadores evidenciaram a relação problemática entre os diferentes atores (Quadro 1c), levando em consideração que a implementação de ações conservacionistas ou medidas preventivas para proteger os remanescentes florestais e a biodiversidade é estabelecida sem atribuir os valores e saberes culturais das comunidades (SILVA e RESTREPO, 2019).

Com base nas entrevistas, situações conflituosas como colocada acima foram muito visíveis durante o período de pesquisa dos entrevistados dentro das comunidades quilombolas estudadas:

“Eu peguei uma época que eles tavam revoltados com a galera do parque, porque eles tinham perdido um pedaço da terra deles para virar unidade de conservação e tinha sido um erro, que depois teve que voltar para eles, isso foi para justiça, foi reconhecido que a terra era deles, aí diminuiu de novo o tamanho do parque Intervalles. Teve um conflito de terra muito grande”. (FBLP).

A pesquisadora Francesca Palmeira ainda coloca que essa relação com os parques próximos às duas comunidades, Maria Rosa e Porto de Pilões, intensificou o conflito entre os quilombolas e os grandes felinos da região, pois, segundo ela, os moradores afirmavam: “não posso mais matar a onça, porque vou ser preso” ou “ah mas a onça é do parque. O parque tem que pagar a gente, esse parque quer preservar”. Assim, as comunidades acabavam tendo muitos prejuízos financeiros com a predação da sua criação pelas onças e, apesar disso, há uma grande pressão da fiscalização ambiental por causa da caça desses predadores e não recebem alguma forma de auxílio ou indenização financeira para compensar suas perdas (PALMEIRA; BARRELLA, 2007).

Segundo relatado, abaixo, pelos dois entrevistados (Francesca Palmeira e Helbert Prado), a questão da ocupação histórica dos quilombos ainda é uma dimensão problemática dentro das discussões ambientais, sendo que o surgimento e estabelecimento das comunidades quilombolas são muito anteriores à criação das Unidades de Conservação (QUEIROZ, 1997; PRADO, 2016). É fundamental que, anterior à criação dessas áreas protegidas, tenha o reconhecimento do direito das comunidades quilombolas pelo domínio do seu território como forma de identidade e autonomia para se organizarem e viverem conforme seus costumes (SILVA e RESTREPO, 2019).

“Então, poxa, eles são quilombolas, eles estavam lá há mais de 100 anos, refugiados naquelas terras, pra em 1999, eles receberem um papel do governador (Mário Covas) falando ‘sim, agora sim, essa terra é de vocês’” (FBLP).

“... a ocupação histórica das comunidades é muito anterior da chegada das unidades de conservação que vieram muitas vezes sobrepondo áreas das comunidades”. (HMP).

Para o pesquisador Helbert Prado, existem três dimensões que entram em conflito com as políticas ambientais, são elas: a agricultura tradicional (NEVES et al., 2012), a extração do palmito (TRECCANI, 2006) e a caça (ECO, 2017). Ele relata que durante sua pesquisa, houve problemas para autorizá-la devido à limitação e à interferência nas atividades econômicas dos quilombolas que, na ocasião, foi a proibição para a prática da agricultura de corte e queima (coivara).

“A percepção que eu tenho é, justamente, que o conflito, ele é evidente, o conflito em relação ao estabelecimento dessas unidades de conservação, que trazem uma série de restrições ao modo de vida mais tradicional (...) a extração de produtos florestais e de animais silvestres, também para o consumo da família” (HMP).

“... todo grupo de pesquisa que eu fazia parte teve os trabalhos cancelados também, ou suspensos naquele momento e os professores que coordenavam os projetos naquela época, então eles foram chamados pra fazerem reuniões na Secretaria do Meio Ambiente e tentar sensibilizar, então, os órgãos ambientais no sentido de mostrar aquilo que eu tava comentando com você um pouco antes: ‘olha o histórico dessas comunidades, olha o grau de impacto mínimo que essas comunidades têm sobre aquela paisagem’” (HMP).

Desta forma, obter a licença ambiental para abrir as roças de subsistência demanda muito tempo e pode ocorrer de não ser aceita, assim, segundo o Helbert Prado, esse problema implica no sistema de cultivo dos quilombolas, já que precisam seguir um calendário sazonal, então há épocas corretas de cultivar diferentes alimentos e com o período de espera para a autorização, o cultivo acaba não ocorrendo.

A pesquisadora Raquel Silva relata que, durante seu trabalho do mestrado, o conflito entre a APA (Área de Proteção Ambiental) e a comunidade estudada foi bem evidente, em que não havia um diálogo harmonioso e nem o entendimento de ambas as partes, gerando mais problemas para os quilombolas: “Infelizmente, na APA que eu trabalhei, no quilombo que eu tava, o próprio gestor não era a favor de quilombola, era racista inclusive, então como você trabalha em uma APA que o nome é ‘Quilombo’ e você é racista?”.

Tanto para Raquel Silva quanto para o Helbert Prado, um grande problema é a ideia de conservar por meio do pensamento de conservação *top-down* (JACAÚNA, 2018), mas, também, colocado na literatura como preservacionismo (DIEGUES, 2008), sem considerar a importância dessas comunidades tradicionais para a manutenção do bioma e da sua biodiversidade, tendo a natureza como intocável, além de trazer muita dificuldade para estabelecer um entendimento entre profissionais da conservação e os quilombolas .

“... é a conservação *topdown*, você só vem de cima falando como que faz, mas, em nenhum momento, essas pessoas (quilombolas) estão inclusas na hora do Plano de Manejo” (RCS).

“... no sentido de implementar práticas de cima para baixo sem muitas vezes levar em consideração o modo de vida daquelas pessoas ali, todo o histórico de ocupação daquelas comunidades, naquele ambiente, ou inclusive, levando em consideração o impacto relativo que essas ocupações tiveram ao longo da história, muitas vezes o impacto é mínimo” (HMP).

“... eu mesma não conseguia fazer uma conversa com quilombola, comigo e com o gestor, o quanto os diálogos não estavam alinhados e falando de conservação de fauna... e no fim das contas, nada vai falar a mesma língua, todo mundo vai ver a conservação de um jeito diferente, até, principalmente, com o tema ‘conflitos’” (RCS).

Em relação aos achados na literatura, foi possível dividir o Quadro 3 em dois blocos. No primeiro, já é evidenciado a existência de um intenso conflito fundiário entre as comunidades quilombolas e as Unidades de Conservação, após o estabelecimento dessas áreas de proteção, dificultando a obtenção do direito ao reconhecimento e à titulação de suas terras (SILVA e RESTREPO, 2019), além de, historicamente, terem sofrido outras ameaças como a grilagem de terras e a construção de barragens para geração de energia elétrica (CARVALHO, 2006).

No segundo bloco, os três entrevistados (Raquel Silva, Helbert Prado e Francesca Palmeira) reconhecem a importância do papel das comunidades quilombolas para manter a preservação dos remanescentes da Mata Atlântica, considerando que o impacto gerado pela atividade agrícola de corte e queima é relativamente baixo, não ultrapassando 8% da área total da comunidade (NEVES et al., 2012), além de haver recomendação para permanecer com o modelo tradicional de manejo de solo e de vegetação, já que agricultura convencional (perene

e comercial) põe em risco sua sustentabilidade e a extinção de uma prática cultural (FILHO, 2015).

Quadro 3: Comparação entre as falas dos entrevistados e a literatura sobre o contexto de comunidades quilombolas e interação com as Unidades de Conservação.

Entrevistados	Literatura
<p>“E, no contexto do Vale do Ribeira, existe esse conflito por conta desses interesses opostos entre a comunidade e os gestores” (HMP).</p> <p>“... teve um conflito de terra muito grande” (FBLP).</p>	<p>“A sobreposição entre áreas protegidas e territórios tradicionais gera uma série de conflitos sociais e culturais ...” (SILVA e RESTREPO, 2019, p. 272).</p>
<p>“... o pouco que se tem da Mata Atlântica tá lá por causa das comunidades” (RCS).</p> <p>“... impacto relativo dessas comunidades naquele ambiente, muitas vezes, é mínimo comparado com os impactos que são gerados pra atender as nossas demandas aqui na cidade” (HMP).</p> <p>“... eles tinham muita consciência, eles falavam assim: 'olha só, a gente conservou tudo isso” (FBLP).</p> <p>“... se você considerar a quantidade de mata que eles preservaram em relação às propriedades privadas, eles têm muito mais” (FBLP).</p>	<p>“... a prática do cultivo de coivara pode ser um exemplo de atividade autossustentável, já que impacta uma fração razoavelmente pequena da área total de mata atlântica da região” (NEVES et al., 2012, p. 37).</p>

5.3 AÇÕES CONSERVACIONISTAS - DIÁLOGO ENTRE OS DIFERENTES AGENTES

Segundo o entrevistado Silvio Marchini, sua pesquisa sempre envolveu a abordagem social, em que as informações obtidas eram por meio das pessoas e da comunidade incluídas no estudo, com isso, decidiu gerar uma devolutiva a partir de um material bem informativo e ilustrativo: “... nossa proposta era produzir um material que comunicasse de forma gráfica, por meio de figuras, as mesmas mensagens que a gente comunicasse por texto”, de modo que integrasse a todos, mas, principalmente, às pessoas ali que passavam por conflitos com as onças e necessitavam de algum retorno (Quadro 1d).

Como resultado, conseguiu produzir uma versão definitiva em 2009, chamada “Guia de Convivência: Gente e Onça” e, posteriormente a essa, o CENAP (Centro Nacional de

Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros) produziu outro guia intitulado “Predadores Silvestres e Animais Domésticos: Guia Prático de Convivência” em 2011. Ambos materiais têm o intuito de auxiliar os proprietários rurais e os criadores de animais domésticos a amenizar os conflitos e a melhorar a tolerância sobre as onças e outros predadores, no caso do segundo guia. (MARCHINI et al., 2009; MARCHINI et al., 20011).

Silvio Marchini ainda expõe que seu trabalho abrangia a comunicação e a educação, assim, quando lhe foi perguntado qual seria o público-alvo do projeto, declarou que o guia se aplicava para qualquer público, ou seja, foi planejado com um vocabulário acessível e compreensível para que desde pessoas com maior nível de escolaridade, como pesquisadores e tomadores de decisão, até as com menor nível de escolaridade pudessem entender e se interessar pelos livros. Inclusive, os guias foram escritos em todas as línguas oficiais das regiões que as onças ocorrem e foi avaliado que esse material teve grande efeito sobre a mudança de percepção em relação a esses predadores, mostrando que a disseminação de informação e conhecimento, agregado ao apoio social, pode ser uma forma bastante eficiente para a conservação (MARCHINI e MACDONALD, 2019).

A entrevistada Raquel Silva, por fazer parte da equipe do CENAP, pode comentar sobre as ações da instituição para a conservação dos mamíferos carnívoros no país. Neste caso, o centro tem como função atender à comunidade e lidar com os casos de conflitos que recebem, mas, a maior parte dos relatos vem de fazendeiros. Além disso, o CENAP, com o intuito de amenizar os conflitos com os carnívoros, apoia e incentiva o desenvolvimento de pesquisas voltadas à melhoria do estado de conservação desses mamíferos, à propagação de conhecimento do grupo faunístico e ao estabelecimento de uma convivência mais equilibrada entre humanos e predadores (CENAP,s.d.).

Entretanto, Raquel Silva ainda adiciona que, para uma parte mais aplicada das ações conservacionistas, existem os Planos de Ação Nacional (PANs), que consistem em um instrumento de política pública para elaborar, junto com a sociedade, ações contra as ameaças sobre certas espécies em risco (LINS, 2018). Além disso, ela mostra qual é a relação entre os PANs e o CENAP:

“... lá vai ter um campo do articulador, a pessoa que tá responsável em dar as informações pra gente (CENAP), que fica em contato com a gente, mas tem um campo depois com uma lista de nomes com pessoas que fazem alguma coisa pra ajudar naquela ação” (RCS).

“... lá tem um monte de colaboradores, tem 15 colaboradores. Essa lista de pessoas vai significar que essas 15 pessoas tão fazendo alguma coisa de educação ambiental

em algum lugar da Mata Atlântica com quilombolas (exemplo dado pela entrevistada), então, eu como articuladora vou sempre ficar falando: ‘e aí, como tá sua pesquisa com quilombola?’ ... a pessoa vai reportar tudo aquilo” (RCS).

Dentro do mesmo PAN, existem diversas pesquisas, uma diferente da outra, e mesmo havendo essa separação, todas estão contribuindo para alcançar o objetivo geral proposto pelo plano de ação: “... então são pesquisas bem independentes que juntas ajudam naquela ação, mas, no fundo, todo mundo tá junto pra aquele objetivo” (RCS).

Sobre a implementação de medidas para a redução dos conflitos com os grandes felinos, as entrevistadas Raquel Silva e Francesca Palmeira apresentaram alguns exemplos que poderiam ser aplicados de acordo com a experiência delas. Para Raquel Silva uma forma de devolutiva vinculado com uma nova alternativa de fonte de renda (PALMEIRA e BARRELLA, 2007) foi vista como algo positivo:

“... inclusive essa de vender pegadas é uma forma que faz a pessoa até passar a gostar um pouquinho mais do bicho. ‘Nossa, a pegada da onça dá dinheiro, então é legal o bicho vivo’. Então ver o que torna uma coisa em educação ambiental, uma devolutiva, uma possibilidade econômica” (RCS).

No caso da Francesca Palmeira, as sugestões dadas pelos quilombolas foram a utilização do cinorro, o confinamento noturno, promover o cuidado e treinamento dos cães para avisarem a presença das onças próximas às residências, além de ter uma ajuda de custo para dar assistência na implementação dessas práticas (PALMEIRA e BARRELLA, 2007). Entretanto, a entrevistada ressalta a importância de se perguntar aos próprios moradores e criadores de animais domésticos quais são as melhores formas de reduzir os conflitos com os grandes felinos para que sejam práticas mais eficazes e adequadas à realidade da comunidade (Quadro 1 d).

“... perguntar pra eles o que poderia resolver, porque é legal, assim, você saber dos próprios criadores quais são as sugestões que eles acham que poderiam dar certo, não você” (FBLP).

"Quanto que vai custar? Porque tem algumas medidas lá (nos guias) que, inclusive, eu não sei se nem o proprietário, mesmo sendo rural, ia conseguir autorização pra fazer” (FBLP).

Quando ela comenta: “A gente tá indo lá saber como eles vivem, o que que eles pensam, do que que a gente pode usar de informação deles mesmo pra poder conservar ...”.

fica claro que, para Francesca Palmeira, deve haver ações mais participativas (Quadro 1 d), em que incluam os quilombolas como agentes conservacionistas para as tomadas de decisão, respeitando seus conhecimentos e costumes, que, inclusive, podem auxiliar na conservação da biodiversidade, como foi feito em um território quilombola na Colômbia (SILVA e RESTREPO, 2019).

Do mesmo modo, os entrevistados Raquel Silva e Helbert Prado colocam a necessidade de haver maior aproximação (Quadro 1 d) e um diálogo coerente (Quadro 1 e) entre os profissionais e pesquisadores da área da conservação e as populações tradicionais, reconhecendo a visão das comunidades sobre a região em que vivem e sobre seus componentes.

“... acho que tem que haver o trabalho constante pra tentar aproximar esses diferentes atores, a população tradicional e gestores ambientais, os profissionais que trabalham nas Unidades de Conservação, que trabalham com questões envolvendo Educação Ambiental também, pra que estabeleçam um diálogo que também seja respeitoso” (HMP).

“Tem que haver um trabalho de sensibilidade dos dois lados, por parte das comunidades, eles tentarem amenizar o impacto de alguma maneira, mas por parte dos gestores e dos cientistas ... essa sensibilidade antropológica ...” (HMP).

“... então a gente tenta ver o lado do outro, como eles se relacionam, o que eles sabem, então a partir da relação deles, dessa outra forma de se relacionar com o mundo, que é totalmente diferente da nossa, mas como essa forma de ver e de se relacionar com a fauna ela é importante” (RCS).

Com isso, a partir dos discursos dos três entrevistados (Francesca Palmeira, Raquel Silva e Helbert Prado), é essencial haver diálogo entre os diferentes envolvidos nesse conflito, mas, além disso, o diálogo deve ser equilibrado e deve estabelecer uma “ponte” em que reúna as diferentes questões tratadas acima: a ambiental e a social. Assim como é mostrado no Quadro 4, na primeira linha, em comparação à literatura, que evidencia a importância em articular o conhecimento técnico-científico com o tradicional (SILVA e RESTREPO, 2019), um ponto essencial, não apenas, para mitigar os casos de conflitos com grandes predadores, como as onças, e para auxiliar em sua conservação, mas, também para proteger a cultura e os direitos das comunidades quilombolas.

Quadro 4: Comparação entre as posições dos entrevistados e a literatura sobre a comunicação entre as populações tradicionais e os agentes conservacionistas.

Entrevistados	Literatura
<p>“Então, qualquer tipo, forma de manejo e de legislação, nesse sentido, tem que ter essas duas, no meu entendimento, tem que ter esses dois eixos, racionalidade ambiental com o uso do recurso, mas responsabilidade social também” (HMP).</p> <p>“... acho que tem que haver o trabalho constante pra tentar aproximar esses diferentes atores ...” (HMP).</p>	<p>"Neste cenário há necessidade de se coordenar funções e competências entre a autoridade tradicional e a autoridade ambiental, funções essas orientadas para a conservação da biodiversidade e a preservação étnica e cultural dessas comunidades” (SILVA e RESTREPO, 2019, p. 285).</p>
<p>“Você vem com toda a solução, mas a pessoa não vê como solução ... Não adianta falar de conservação e se, na hora do planejamento, você não tá tendo esse diálogo” (RCS).</p>	<p>“... uma vez que não é possível compreender este processo apenas considerando as esferas formais da adoção da política (países, estados e municípios), tornando-se necessário entender, também, o papel de outras entidades da sociedade e a sua importância neste processo” (JACAÚNA, 2018 p. 236).</p> <p>“... um caminho para minimização dos conflitos entre a gestão e as populações residentes seria a promoção de diálogos e a tentativa de estabelecimento de acordos” (DAMASCENO et al., 2020).</p>

Na segunda linha, alguns autores colocam a necessidade de integrar as populações residentes em UCs nas tomadas de decisão e na formulação de políticas públicas (JACAÚNA, 2018), estabelecendo diálogo (DAMASCENO et al., 2020) entre os gestores e essas comunidades que necessitam dos recursos naturais da área protegida de modo que haja conciliação entre ambas as partes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos indicam que, dentro do contexto de comunidades quilombolas, a percepção sobre os grandes felinos (onça-pintada e onça-parda) é muito negativa, já que, como característica geral do bioma Mata Atlântica, o medo e receio sobre esses predadores é

bastante expressivo, mesmo que episódios de predação dos rebanhos domésticos ou ataque às pessoas sejam raros.

Quanto à procura de estratégias para conservação desse grupo faunístico e redução dos conflitos, viu-se que, mesmo havendo ideias já formuladas em guias, a eficácia sobre essas práticas na literatura é escassa, especialmente, quando se trata de populações tradicionais como os quilombolas, que se encontram em situação de pobreza e dependem de medidas que sejam acessíveis e se adequem às condições sócio-econômicas das comunidades.

Além dos conflitos com as próprias onças, os quilombos, também, enfrentam a perseguição da fiscalização ambiental, que juntamente com as Unidades de Conservação, restringem as atividades tradicionais sobre o uso e manejo do solo, da vegetação e da fauna na região.

Mostrou-se necessário o desenvolvimento de maneiras mais eficientes e de mais fácil aplicação para a realidade dessas comunidades. Também se mostrou fundamental, a construção de um diálogo harmonioso que abrange os âmbitos ambientais e sociais, levando em consideração que o trabalho de conservação, dentro das populações tradicionais, deve ser mais participativo e deve incluir o conhecimento local para formular as medidas preventivas e as tomadas de decisão. Práticas que favorecem a proteção mais efetiva sobre a biodiversidade e, ainda, que podem proporcionar maior reconhecimento dos direitos dispostos aos quilombolas.

Em conclusão, a partir das declarações dos entrevistados e dos achados na literatura, a dimensão quilombolas e onças é um tema que ainda precisa ser muito estudado. As pesquisas futuras não devem se tratar apenas de casos e relatos do conflito, mas precisam aprofundar a compreensão sobre as percepções dessas comunidades sobre os grandes felinos e como se dá sua convivência. Desta forma, para amenizar os danos causados pela predação dos animais domésticos e os abates de onças, é preciso, abrangendo tanto os conhecimentos tradicionais quanto os científicos, desenvolver trabalhos e projetos ligados à Educação Ambiental, à busca de medidas de baixo custo e alta eficiência, além de promover outra possibilidade de renda econômica para as comunidades que envolvam a conservação dos grandes felinos.

7. REFERÊNCIAS

A Floresta. **SOS Mata Atlântica**, n.d. Disponível em:

<<https://www.sosma.org.br/conheca/mata-atlantica/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANDRADE, T.; PEREIRA, C. A. C.; ANDRADE, M. R. L. Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território. 2 ed., São Paulo: ITESP: Páginas & Letras: Editora Gráfica, 200.

ANTUNES, André Pinassi *et al.* A conspiracy of silence: Subsistence hunting rights in the Brazilian Amazon. **Land Use Policy**, [s.l.], v. 84, p. 1-11, maio 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.02.045>. Acesso em: 10 mar. 2020.

AZEVEDO, F. C.; LEMOS, F. G.; ALMEIDA, L. B.; CAMPOS, C. B.; BEISIEGEL, B. M.; PAULA, R. C.; CRAWSHAW, P. G. Jr.; FERRAZ, K. M. P. M. B.; OLIVEIRA, T. G. Avaliação de risco de extinção da onça-parda *Puma concolor* (Linnaeus, 1771) no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 107-121, 2013. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/avaliacao-do-risco/carnivoros/on%C3%A7a-parda_Puma_concolor.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARRAES, R. A.; MARIANO, F. Z.; SIMONASSI, A. G. Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 1, p.119-140, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000100007>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro Capa de Alceu Saldanha Coutinho. São Paulo: Edições 70, 1977.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, [s.l.], v. 2, n.1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL, **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL, **Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, Casa Civil, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm. Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL, **Projeto de Lei nº2831-B/2008**. Define as condições para a exploração de espécimes nativas do *Euterpe edulis*. Rio Grande do Sul: Câmara dos Deputados, [2008].

Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8CF3CAFF0C781E2648F8D976F8E2A195.node2?codteor=613536&filename=Avulso+-PL+2831/2008#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20n%C2%BA%202.831%2F2008%20disp%C3%B5e%20sobre%20o,biodiversidade%20e%20ao%20extrativismo%20vegetal. Acesso em: 5 jul. 2020.

BRASIL. Portaria nº 612, de 22 de junho de 2018. Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Grandes Felinos - PAN Grandes Felinos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 121, p. 45, 26 jun. 2018.

CAÇA de Subsistência dentro e fora da lei: um debate necessário. *Eco*, 2017. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/caca-de-subsistencia-dentro-e-fora-da-lei-um-debate-necessario/#:~:text=No%20Brasil%2C%20somente%20o%20Estatuto,seu%20territ%C3%B3rio%20reconhecido%20e%20homologado>. Acesso em: 16 dez. 2020.

CAMARÓS, E.; CUETO, M.; LORENZO, C.; VILLAVERDE, V.; RIVALS, F. Large carnivore attacks on hominins during the Pleistocene: a forensic approach with a Neanderthal example. **Archaeological and Anthropological Sciences**, [s.l.], v. 8, n. 3, p. 635-646, ago. 2015. Disponível em:

[276353034_Large_carnivore_attacks_on_hominins_during_the_Pleistocene_a_forensic_approach_with_a_Neanderthal_example](https://doi.org/10.1007/s12520-015-0303-4). Acesso em: 05 maio 2020.

CARVALHO, Maria Celina Pereira. **Bairros Negros do Vale do Ribeira: do “Escravo” ao “Quilombo”**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CAVALCANTI, S. M. C.; GESE, E. M. Spatial Ecology and Social Interactions of Jaguars (*Panthera onca*) in the Southern Pantanal, Brazil. **Journal of Mammalogy**, [s.l.], v. 90, n. 4, p. 935–945, ago. 2009. Disponível em:

<https://academic.oup.com/jmammal/article/90/4/935/852277>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CAVALCANTI, S. M. C., MARCHINI, C.; ZIRMMERMANN, A.; Gese, E. M.; MACDONALD, D. W. Jaguars, livestock and people. In MACDONALD, D.; LOVERIDGE, A. (org.). **Brazil: realities and perceptions behind the conflict**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2010, p. 383-402. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/47504480_Jaguars_Livestock_and_People_in_Brazil_Realities_and_Perceptions_Behind_The_Conflict. Acesso em: 20 maio 2020.

CAVALCANTI, S. M. C., PIRELLI, M. L. L. Conflitos com Mamíferos Carnívoros: Uma referência para o manejo e a convivência. São Paulo: MMA, 2015.

COLEÇÃO Terras de Quilombos resgata a memória da resistência à escravidão. **INCRA**, 2015. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/colecao-terras-de-quilombos-resgata-a-memoria-da-resistencia-a-escravidao>. Acesso em: 2 out. 2020.

COMUNIDADES Remanescentes de Quilombos. **ITESP**, c2019. Disponível em: <http://201.55.33.20/?page_id=3483>. Acesso em: 14 nov. 2020.

CONFORTI, V. A.; AZEVEDO, F. C. C. Local perceptions of jaguars (*Panthera onca*) and pumas (*Puma concolor*) in the Iguaçu National Park area, south Brazil. **Biological Conservation**, [s.l.], v. 111, n. 2, p. 215-221, jun. 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0006-3207\(02\)00277-X](https://doi.org/10.1016/S0006-3207(02)00277-X). Acesso em: 22 set. 2020.

CONOVER, Michael. Chapter 2: History. *In*: _____ . (org). **Resolving Human-Wildlife Conflicts: The Science of Wildlife Damage Management**. Florida: Lewis Publishers, 2002.

COVAS entrega títulos de terras a três comunidades quilombolas. **Governo do Estado de São Paulo**, 2001. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/covas-entrega-titulos-de-terras-a-tres-comunidades-quilombolas/>>. Acesso em: 4 set. 2020.

CURRIER, M. J. P. *Felis concolor* Linnaeus, 1771. **The American Society of Mammalogists**, [s.l.], n. 200, p. 1-7, abr. 1983. Disponível em: http://www.bio-nica.info/Mammalia/Felis_concolor.pdf. Acesso em: 03 jun. 2020.

CRASHAW, P. G. Depredation of Domestic Animals by Large Cats in Brazil. **Human Dimensions of Wildlife**, [s.l.], v. 9, n. 4, p. 329-330, ago, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10871200490505774>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CURVEL, M.; JOHNSON, W. E.; PECON-SLATTERY, J.; O'BRIEN, S. Genomic ancestry of the American puma (*Puma concolor*). **Journal of Heredity**, [s.l.], 91, S3, p. 186-97.

DAMASCENO, A. F.; MYLONAS, G. F.; CARDOSO-LEITE, E. Panorama da presença de populações humanas dentro dos Parque Nacionais brasileiros. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 804-817, nov. 2019/jan. 2020.

DESBIEZ, A.; BEISIEGEL, B. M.; CAMPOS, C. B.; SANA, D. A.; MORAES, E. A. Jr.; RAMALHO, E. E.; AZEVEDO, F. C. C.; FERRAZ, K. M. P. M. B.; CRASHAW, P. G. Jr.; BOULHOSA, R. L. P.; PAULA, R. C.; NIJHAWAN, S.; CAVALCANTI, S. M. C.; OLIVEIRA, T. G.; TOMÁS, W. M. Plano de Ação Nacional para Conservação da Onça-Pintada. Brasília: MMA, 2013.

DICKSON, B. G.; BEIER, P. Home-Range and Habitat Selection by Adult Cougars in Southern California. **The Journal of Wildlife Management**, [s.l.], v. 66, n. 4, p. 1235-1245, out. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3802956>. Acesso em: 17 jul. 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

DIEGUES, A. C. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: o mito da natureza intocada**: documentos e relatórios técnicos. São Paulo, 1993.

ELBROCH, L. M.; WITTMER, H. U. Puma spatial ecology in open habitats with aggregate prey. **Mammalian Biology**, [s.l.], v. 77, n. 5, p. 377-384, set. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.mambio.2012.02.010>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ENGEL, M. T.; VASKE, J. J.; BATH, A. J.; MARCHINI, S. Predicting Acceptability of Jaguars and Pumas in the Atlantic Forest, Brazil. **Human Dimensions of Wildlife**, [s.l.], v. 21, n. 5, p. 427-444, jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10871209.2016.1183731>. Acesso em: 17 abr. 2020.

ESTES, J. A.; TERBORGH, J.; BRASHARES, J. S.; POWER, M. E.; BERGER J.; BOND, W. J.; CARPENTER, S. R.; ESSINGTON, T. E.; HOLT, R. D.; JACKSON, J. B. C.; MARQUIS, R. J.; OKSANEN, L.; OKSANEN, T.; PAINE, R. T.; PIKITCH, E. K.; RIPPLE, W. J.; SANDIN, S. A.; SCHEFFER, M.; SCHOENER, T. W.; SHURIN, J. B.; SINCLAIR, A. R. E.; SOULÉ, M. E.; VIRTANEN, R.; WARDLE, D. A. Trophic Downgrading of Planet Earth. **Science**, [s.l.], v. 333, n. 6040, p. 301-306, jul. 2011. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/333/6040/301>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FANARO, L. A. Territoriality and Animality: Human-animal Relations in Quilombola Communities of Brazil. **ETropic: Electronic Journal of Studies in the Tropics**, [s.l.], v. 15, n. 2, p. 14-30, dez. 2016. Disponível em: <https://journals.jcu.edu.au/etropic/article/view/3539>. Acesso em: 15 set. 2020.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia Brasileira: História, índices e consequências. **Megadiversidade**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 113-123, jun. 2005. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2005/Desmatamento%20historia-Megadiversidade.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

FERNANDES-FERREIRA, Hugo. **A Caça no Brasil: Panorama Histórico e Atual (Volumes I e II)**. 2014. Tese (Doutorado em Zoologia) - Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2014.

FIGUEIRÓ, H. V.; LI, G.; TRINDADE, F. J.; ASSIS, J.; PAIS, F.; FERNANDES, G.; SANTOS, S. H. D.; HUGHES, G. M.; KOMISSAROV, A.; ANTUNES, A.; TRINCA, C. S.; RODRIGUES, M. R.; LINDEROTH, T.; BI, K.; SILVEIRA, L.; AZEVEDO, F. C. C.; KANTEK, D.; RAMALHO, E.; BRASSALOTI, R. A.; VILLELA, P. M. S.; NUNES, A. L. V.; TEIXEIRA R. H. F.; MORATO, R. G.; LOSKA, D.; SARAGUETA, P.; GABALDÓN, T.; TEELING, E. C.; O'BRIEN, S. J.; NIELSEN, R.; COUTINHO, L. L.; OLIVEIRA, G.; MURPHY, W. J.; EIZIRIK, E. Genome-wide signatures of complex introgression and adaptive evolution in the big cats. **Science Advances**, [s.l.], v. 3, n. 7, p. 1-13, jul. 2017. Disponível em: <https://advances.sciencemag.org/content/3/7/e1700299>. Acesso em: 12 jun. 2020.

FILHO, Alexandre Antunes Ribeiro. **Impactos do sistema agrícola itinerante sobre os solos de remanescente de Mata Atlântica com uso e ocupação por comunidades quilombolas no Vale do Ribeira (São Paulo, Brasil)**. 2015. Dissertação (Doutorado em Ecologia de

Ecosistemas Terrestres e Aquáticos) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da Fala do Outro ao Texto Negociado: Discussões sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa. **Science**, [s.l.], v. 14, n. 28, p. 139 – 152, mai. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>. Acesso em: 13 jan. 2020.

FRANCO, J. L. A.; SILVA L. G. História, ciência e conservação da onça-pintada nos biomas brasileiros. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.33911>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GALETTI, M.; EIZIRIK, E.; BEISIEGEL, B.; FERRAZ, K.; CAVALCANTI, S.; SRBEK-ARAUJO, A. C., CRAWSHAW, P.; PAVIOLO, A.; GALETTI, P. M. Jr.; JORGE, M. L.; MARINHO-FILHO, J.; VERCILLO, U.; MORATO, R. Atlantic Rainforest's Jaguars in Decline. **Science**, [s.l.], v. 342, n. 1, p. 930, nov. 2013. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/Science_Galetti_et_al_2013.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

GALETTI, M. (2015). Porque as Florestas Precisam de Animais? Consequências ecológicas e evolutivas da defaunação na Mata Atlântica. Disponível em: https://ib.rc.unesp.br/Home/Pos-Graduacao44/secaotecnica/dep46/ecologiaebiodiversidade/santander_2015.pdf.

GELAIN, A. J. L.; LORENZETTI, D. B.; NEUHAUS, M.; RIZZATTI, C. B. Desmatamento no Brasil: um problema ambiental. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)**, Paraná, v. 10, n. 1, p. 1-14, jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/11110#:~:text=Os%20resultados%20revelaram%20que%3A%20tanto,praticamente%20desaparecido%20do%20mapa%20brasileiro>. Acesso em: 13 abr. 2020.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n. 3, p. 20 – 29, jun. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso: 13 jan. 2020.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Biografia: Francisco Adolfo Varnhagen. **Varnhagen Online**, s. d. Disponível em: <<http://www.usp.br/labteo/varnhagen/index.php>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

Haguette, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HAIRSTON, N. G.; SMITH, F. E.; SLOBODKIN, L. B. Community Structure, Population Control, and Competition. **The American Naturalist**, [s.l.], v. 94, n. 879, p. 421–425, nov./dez. 1960. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/282146>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Histórico. **Projeto Onças do Iguaçu**, c2018. Disponível em: <https://www.oncasdoiguacu.org/historico/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

HOOGESTEIJN, R. Manual sobre os problemas de predação causados por onças-pintadas e onças-pardas em fazendas de gado. Rio de Janeiro: Wildlife Conservation Society, 2004.

INSKIP, C. e ZIMMERMANN, A. Human-felid conflict: A review of patterns and priorities worldwide. **Oryx**, [s.l.], v. 43, n. 1, p. 18-34, jan. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232021487_Human-felid_conflict_A_review_of_patterns_and_priorities_worldwide. Acesso em: 22 jun. 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA, 2013. Disponível em: www.socioambiental.org. Acesso em: 7 out. 2020.

ITESP. **Quilombo Pedro Cubas**: relatório técnico-científico. São Paulo, 1997.

ITESP. **Remanescentes da Comunidade de Quilombo de São Pedro, no Vale do Ribeira/São Paulo**: relatório técnico-científico. São Paulo, 1998.

JACAÚNA, T. Difusão horizontal e vertical da política ambiental na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 233-256, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v21i1.4904>. Acesso em: 17 out. 2020.

JOHNSON, W. E.; EIZIRIK, E.; PECON-SLATTERY, J.; MURPHY, W. J.; ANTUNES, A.; TEELING, E.; O'BRIEN, S. The late Miocene radiation of modern Felidae: a genetic assessment. **Science**, [s.l.], v. 311, n. 5757, p. 73-77, jan. 2006. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/311/5757/73>. Acesso em: 25 jun. 2020.

JOHNSON, W. E; O'BRIEN, S. Phylogenetic Reconstruction of the Felidae using 16S rRNA and NADH-5 mitochondrial genes. **Journal of Molecular Evolution**, New York, jan. 1997, 44, S1, p. 98-116.

JÚNIOR, C. M. Expedição Científica Roosevelt-Rondon: Um Aspecto das Relações Brasil-EUA e da Consolidação do Mito Rondon. **Albuquerque: Revista de História**, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 25-54, jan./jun. 2009.

KRUUK, H. Hunter and Hunted: Relationships between carnivores and people: 1 ed. Cambridge: University Press, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LINS, Anna Carolina Ramalho *et al.* Guia de Gestão de Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção. Brasília: MMA, 2018.

MACEDO, J.; BARBI, R.; BRANQUINHO, F.; BERGALLO, H. Controvérsias entre a Amazônia rural e a conservação: um estudo sobre a Rede Sociotécnica de ribeirinhos e onças nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã no Amazonas. **Anuário Antropológico**, [s.l.], p. 99-121, jul. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/1698#entries>. Acesso em: 19 abr. 2020.

Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananeia. São Paulo, SMA, 1990. Disponível em:

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpla/2018/05/macrozoneamento-do-compl-exo-estuarino-lagunar-de-iguape-e-cananeia/>. Acesso em: 13 out. 2020.

MARCHINI, S.; LUCIANO, R.; HOOGESTEIJN, R. Guia de Convivência: Gente e Onças. Mato Grosso, Brasil: Panthera, 2009.

MARCHINI, Silvio. Onça-Pintada: 3 décadas de publicações científicas. **ECO**, 2010.

Disponível em:

<<https://www.oeco.org.br/colunas/silvio-marchini/24666-onca-pintada-3-decadas-de-publicacoes/>>. Acesso em: 10 maio 2020.

MARCHINI, S.; CAVALCANTI, S.; PAULA, R. C. Predadores Silvestres e Animais Domésticos: Guia Prático de Convivência. São Paulo, Brasil: MMA, 2011.

MARCHINI, S.; CRAWSHAW, P. G. Jr. Human-Wildlife Conflicts in Brazil: A Fast-Growing Issue. **Human Dimensions of Wildlife**, [s.l.], v. 20, n. 4, p. 323-328, maio

2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10871209.2015.1004145>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MARCHINI, S.; CAVALCANTI, S. M. C.; PAULA, R. C.; BOULHOSA, R. Onças do Iguçu: Guia de Convivência. Brasil: WWF, 20018.

MARCHINI, S.; MACDONALD, D. W. Mind over matter: Perceptions behind the impact of jaguars on human livelihoods. **Biological Conservation**, [s.l.], v. 224, p. 230-237, ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2018.06.001>. Acesso em: 3 out. 2020.

MARCHINI, S.; FERRAZ, K. M. P. M. B.; ZIRMMERMANN, A.; GUIMARÃES-LUIZ, T.; MORATO, R.; CORREIA, P. L. P.; MACDONALD, D. W. Planning for Coexistence in a Complex Human-Dominated World. *In*: FRANK, B.; GLIKMAN, J. A.; MARCHINI, S. (org.). **Human-wildlife interactions: turning conflict into coexistence**. 1 ed. Cambridge University Press, 2019, p. 415-433. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332467092_Planning_for_Coexistence_in_a_Complex_Human-Dominated_World. Acesso em: 10 fev. 2020.

MACHINI, S.; MACDONALD, D. W. Can school children influence adults' behavior toward jaguars? Evidence of intergenerational learning in education for conservation. **Ambio**, [s.l.], v. 49, p. 912–925, ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13280-019-01230-w>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MARIETTO, M. L. Observação Participante e Não Participante: Contextualização Teórica e Sugestão de Roteiro para Aplicação dos Métodos. **Revista Ibero – Americana de Estratégia**, São Paulo, v. 17, n. 14, p. 05 – 18, dez. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3312/331259758002/331259758002.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MARSHALL, L. G.; WEBB, S. D.; SEPKOSKI, J. J.; RAUP, D. M. Mammalian Evolution and the Great American Interchange. **Science**, [s.l.], v. 215, n. 4538, p. 1351-1357, mar. 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1688046?seq=1>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MARTIN, Larry D. Fossil History of the Terrestrial Carnivora. *In* GITTLEMAN, John L. (org.). **Carnivore Behavior, Ecology, and Evolution**. 1 ed. Knoxville: Springer, 1989. p.

536-568. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4757-4716-4_20. Acesso em: 05 jun. 2020.

Mata Atlântica. **WWF**, n.d. Disponível em:

<https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biomas/bioma_mata_atl/>.

Acesso em: 13 abr. 2020.

MAZZOLLI, M.; GRAIPEL, M. E.; DUNSTONE, N. Mountain lion depredation in southern Brazil. **Biological Conservation**, [s.l.], v. 105, n. 1, p. 43-51, abr. 2002.

Mazzolli, M. Mosaics of Exotic Forest Plantations and Native Forests as Habitat of Pumas. **Environmental Management**, [s.l.], v. 46, p. 237–253, jul. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00267-010-9528-9>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MILLER, B.; DUGELBY, B.; FOREMAN, D.; RÍO, C. M.; NOSS, R.; PHILLIPS, M.; READING, R.; SOULÉ, M. E.; TERBORGH, J.; WILLCOX, L. The Importance of Large Carnivores to Healthy Ecosystems. **Endangered Species**, [s.l.], v. 18, n. 5, p. 202-210, dec. 2000. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/241730352_The_Importance_of_Large_Carnivores_to_Healthy_Ecosystems#:~:text=As%20such%2C%20carnivores%20have%20great,trophic%20levels%20of%20an%20ecosystem.&text=The%20subtleties%20of%20these%20interactions,for%20management%20strategies%20of%20carnivores. Acesso em: 10 jul. 2020.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7 – 32 , 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em: 13 jan. 2020.

MORATO, R. G.; BEISIEGEL, B. M.; RAMALHO, E. E.; CAMPOS, C. B.; BOULHOSA, R. L. P. Avaliação do risco de extinção da onça-pintada *Panthera onca* (Linnaeus, 1758) no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 122-132, 2013. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/avaliacao-do-risco/carnivoros/on%C3%A7a-pintada_Panthera_onca.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

MUNARI, Lucia Chamlian. **Memória social e ecológica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata**

Atlântica local. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NETO, M.F. F.; NETO, D. G.; HADDAD, V. Jr. Attacks by Jaguars (*Panthera onca*) on Humans in Central Brazil: Report of Three Cases, with Observation of a Death. **Wilderness & Environmental Medicine**, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 130-135, jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.wem.2011.01.007>. Acesso em: 21 set. 2020.

NEVES, W. A.; ADAMS, C.; FILHO, A. A. R.; JUNIOR, N. P. Coivara: Cultivo Itinerante na Floresta Tropical. **Ciência Hoje**, [s.l.], v. 50, n. 297, p. 26-30, set. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259640370_Coivara_Cultivo_Itinerante_na_Floresta_Tropical. Acesso em: 10 nov. 2020.

OLIVEIRA, Tadeu G.; EIZIRIK, Eduardo; CRASHAW, Peter G. Jr.; ADANIA, Cristina H.; GOMES, Marcelo da Silva; MORAIS, Wanderlei; SILVA, Jean C. R.; MOREIRA, Nei; MORATO, Ronaldo G.; PAZ, Regina C. R.; MORAIS, Rosa N. Order Carnivora, Family Felidae (Cats). In FOWLER, Murray E (org.). **Biology, Medicine, and Surgery of South American Wild Animals**. 1 ed. Iowa State: University Press, 2001. p. 291-316. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/9780470376980.ch27>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Onça-pintada ocupa 2,8% da Mata Atlântica. **Pesquisa Fapesp**, 2017. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/onca-pintada-ocupa-28-da-mata-atlantica/>. Acesso em: 04 jul. 2020.

O que fazemos. **ICMBio/CENAP**, s.d. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cenap/o-que-fazemos.html>. Acesso em: 25 nov. 2020.

PALMEIRA, F. B. L.; BARRELLA, W. Conflitos causados pela predação de rebanhos domésticos por grandes felinos em comunidades quilombolas na Mata Atlântica. **Biota Neotropica**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 120-127, mar. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1676-06032007000100017>. Acesso em: 20 out. 2019.

PALMEIRA, Francesca. B. L. Conflicts with Humans and Conservation of Large Cats in Brazil Ranches. In: BROWN, P. L.; HARRIS, J. D. (org.). **Wildlife: Destruction, Conservation and Biodiversity**. 1 ed. New York: Nova Science Publishers, 2009, p. 313-323.

PALMEIRA, F. B. L.; TRINCA, C. T.; HADDAD, C. M. Livestock Predation by Puma (*Puma concolor*) in the Highlands of a Southeastern Brazilian Atlantic Forest. **Environmental Management**, [s.l.], v. 54, n. 4., p. 903-915, out. 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26092051/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PEREZ, Zuleica Maria Lisboa *et al.* **Zoneamento Ecológico-Econômico : Setor Costeiro do Vale do Ribeira**. São Paulo: SMA, 2014.

PEZZUTI, Juarez Carlos Brito *et al.* A Caça e o Caçador: uma Análise Crítica da Legislação Brasileira sobre o Uso da Fauna por Populações Indígenas e Tradicionais na Amazônia. **Biodiversidade Brasileira**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 42-74, jun. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333951746_A_Caca_e_o_Cacador_uma_Analise_Critica_da_Legislacao_Brasileira_sobre_o_Uso_da_Fauna_por_Populacoes_Indigenas_e_Tradicionais_na_Amazonia. Acesso em: 8 nov. 2020.

PLANO de Ação Nacional para Conservação da Onça-Parda. **ICMBio**, 2017. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/plano-de-acao-nacional-lista/2466-plano-de-acao-nacional-para-conservacao-da-onca-parda>. Acesso em: 18 mar. 2020.

PRADO, Helbert Medeiros. **O Conhecimento de Agricultores Quilombolas sobre Forrageio e Uso de Habitat por Mamíferos de Grande Porte na Mata Atlântica: Evidenciando a Centralidade dos Ambientes Antropogênicos na Constituição do Etnoconhecimento (Vale do Ribeira, SP, Brasil)**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências, Ecologia de Ecossistemas Terrestres e Aquáticos) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PRADO, H. M. Quilombolas no Vale do Ribeira. **Ciência Hoje**, [s.l.], v. 58, n. 343, p. 32-37, dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313251134_Quilombolas_no_Vale_do_Ribeira. Acesso em: 13 out. 2020.

PRADO, Helbert Medeiros *et al.* The Valo Grande Channel in the Cananéia-Iguape Estuary-Lagoon Complex (SP, Brazil): environmental history, ecology, and futures perspectives. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, p. 1-24. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc0182r2vu19l4td>. Acesso em: 16 out. 2020.

PRADO, H. M.; SILVA, R. C.; SCHLINDWEIN, M. N.; MURRIETA, R. S. S. Ethnography, ethnobiology and natural history: narratives on hunting and ecology of mammals among

quilombolas from Southeast Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, [s.l.], v. 16, n. 9, p. 1-14, fev. 2020. Disponível em: <https://ethnobiomed.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13002-020-0359-3>. Acesso em: 5 mar. 2020.

QUEIROZ, Renato da Silva. Essa Terra é Santa, Essa Terra é Nossa. *In*: ANDRADE, T. (org.). **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.

RIBEIRO, M. C.; METZGER, J. P.; MARTENSEN, A. C.; PONZONI, F. J.; HIROTA, M. M. The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. **Biological Conservation**, [s.l.], v. 142, n. 6, p. 1141-1153, jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2009.02.021>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ROOSEVELT, Theodore. *Through the Brazilian Wilderness*. 1 ed. New York, 1914.

SANDERSON, E. W.; REDFORD, K.; CHETKIEWICZ, C. H. B.; MEDELLIN, R. A.; RABINOWITZ, A.; ROBISON, J. G.; TABER, A. B. Planning to save a species: the jaguar as a model. **Conservation Biology**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 58-72, jan. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227515316_Planing_to_Save_a_Species_the_Jaguar_as_a_Model. Acesso em: 25 ago. 2020.

SANTOS, F. R.; JÁCOMO, A. T. A.; SILVEIRA, L. Humans and Jaguars in Five Brazilian Biomes: Same Country, Different Perceptions. **The Jaguar in Brazil**, [s.l.], n. 4, p. 21-25, jan. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/252928496_Humans_and_Jaguars_in_Five_Brazilian_Biomes_Same_Country_Different_Perceptions. Acesso em: 15 ago. 2020.

SCHLINDWEIN, Marcelo Nivert e RIVERA, Douglas Nazareth. Um indivíduo de uma espécie silvestre é mais importante que um indivíduo de uma espécie domesticada?. *In*: FLORIT, L. F.; SAMPAIO, C. A. C., PHILIPPI, A. Jr. (org.). **Ética Socioambiental**. [s.l.]: Editora Manole, 2019, p. 397-432.

STADEN, H. *Duas Viagens ao Brasil*. 1 ed. Brasil: L&PM POCKET, 1557.

SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. *Sustentável Mata Atlântica: A exploração de seus recursos florestais*: 1 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

SILVA, R. C.; RESTREPO, J. O. Diálogo entre mundos: o conhecimento quilombola integrado à conservação de mamíferos. (Brasil e Colômbia). *In: Afro Patrimônio Cultural (org.). Série Conhecimento Africano e Afro-brasileiro: Volume I.* [s.l.], Editora Via Dourada, 2019, p. 270-291.

SÃO PAULO. **Decreto nº 40.135 de 8 de junho de 1995.** Revoga o Decreto Nº 16.166, de 20 de novembro de 1980, que declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóvel situado no município e Comarca da Capital. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, [1995]. Disponível em:

<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19950609&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>. Acesso em: 13 set. 2020.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 44.293 de 04 de outubro de 1999.** Acrescenta dispositivo que especifica ao Decreto 40.135/95, que cria o "Parque Estadual Intervales". São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, [1999]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1999/decreto-44293-04.10.1999.html>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SÜSSEKIND, F. A História de Gigante: Conservação e Caça no Pantanal. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 847-869, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sant/v9n3/2238-3875-sant-09-03-0847.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

TERBORGH, J.; LOPEZ, L.; NUÑEZ, P. V.; RAO, M.; SHAHABUDDIN, G.; ORIHUELA, G.; RIVEROS, M.; ASCANIO, R.; ADLER, G. H.; LAMBERT, T. D.; BALBAS, L. Ecological Meltdown in Predator-Free Forest Fragments. **Science**, New York, v. 294, n. 5548, p. 1923-1925, nov. 2001. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/294/5548/1923>. Acesso em: 23 jun. 2020.

TORRES, D. F., E. S. OLIVEIRA, and R. R. N. Alves (2018). Understanding Human–Wildlife Conflicts and Their Implications. *In Ethnozoology*, edited by R. R. Nobrega Alves and U. P. Albuquerque, 421–455. Cambridge, UK: Academic Press. doi:10.1016/B978-0-12-809913-1.00022-3.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: Caminhos e entraves no processo de titulação.** 22 ed. Belém: Secretaria Executiva de Justiça, 2006.

VALE do Ribeira. **Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo**, s. d.

Disponível em:

<<https://www.infrastrukturameioambiente.sp.gov.br/cpla/zonamento/zonamento-ecologico-economico/vale-do-ribeira/>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

VALE do Ribeira. **Quilombos do Ribeira**, c2011. Disponível em:

<[VON IHERING, Rodolpho. **Dicionário dos Animais do Brasil**: 1 ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1968.](https://www.quilombosdoribeira.org.br/vale-do-ribeira#:~:text=Trata%2Dse%20de%20uma%20diversidade,como%20S%C3%A3o%20Paulo%20e%20Curitiba.&text=Cerca%20de%2080%20comunidades%20cai%C3%A7aras,de%20Iguape%2DCanan%C3%A9ia%2DParanagu%C3%A1.>https://www.quilombosdoribeira.org.br/vale-do-ribeira#:~:text=Trata%2Dse%20de%20uma%20diversidade,como%20S%C3%A3o%20Paulo%20e%20Curitiba.&text=Cerca%20de%2080%20comunidades%20cai%C3%A7aras,de%20Iguape%2DCanan%C3%A9ia%2DParanagu%C3%A1.>>. Acesso em: 7 set. 2020.</p></div><div data-bbox=)

WAYNE, Robert K.; BENVENISTE, Raoul E.; JANCZEWSKI, Dianne N.; O'BRIEN, Stephen. In GITTLEMAN, John L. (org). **Carnivore Behavior, Ecology, and Evolution**. 1 ed. Knoxville: Springer, 1989. p. 536-568. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4757-4716-4_18. Acesso em: 10 jun. 2020.

WEISSENGRUBER, G. E.; FORSTENPOINTNER, G.; PETERS, G.; KUBBER-HEISS, A.; FITCH, W. Hyoid apparatus and pharynx in the lion (*Panthera leo*), jaguar (*Panthera onca*), tiger (*Panthera tigris*), cheetah (*Acinonyx jubatus*) and domestic cat (*Felis silvestris f. catus*). **Journal of Anatomy**, [s.l.], v. 201, n. 3, p. 195–209, set. 2002. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1570911/>. Acesso em: 23 ago./2020.

YOUNG, E. G. Subsídios para a História de Iguape. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 7, p. 286-298, 1902. Disponível em <http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Vol-07.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ZIRMMERMANN, A.; WALPOLE, M. J.; LEARD-WILLIAMS, N. Cattle ranchers' attitudes to conflicts with jaguar *Panthera onca* in the Pantanal of Brazil. **Oryx**, Cambridge, v. 39, n. 4, p. 406-412, out. 2005.

ANEXO I

Questionário para os entrevistados Raquel Silva, Francesca Palmeira e Helbert Prado:

1. Durante seu trabalho, houve relatos de conflitos com os grandes felinos? Qual era a visão dos quilombolas sobre esses carnívoros? Era muito negativo?
2. Qual foi a relação entre os moradores e o(a) pesquisador(a)? Como se deu a abordagem? Teve alguma complicação?
3. Sobre o papel das Unidades de Conservação (UCs) nessa região, ainda há conflitos em relação à questão fundiária? E quanto às restrições do modo de vida dos quilombolas?
4. Na sua opinião, levando em consideração os conflitos com as onças e a situação financeira das comunidades, quais as possíveis medidas preventivas para amenizar esse problema?
5. Qual é a importância do conhecimento tradicional e a participação da comunidade para desenvolver um planejamento de conservação?

ANEXO II

Questionário para o Silvio Marchini:

1. Qual foi a iniciativa para o desenvolvimento dos guias (“Convivência Gente e Onças”, 2009 e “Predadores Silvestres e Animais Domésticos”, 2011)?
2. Os guias têm a proposta de alcançar o país todo? Isso foi possível?
3. Qual é o público-alvo?
4. Os guias consideraram populações tradicionais que têm criações de animais domésticos e casos de conflitos com esses grandes predadores?